

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Álvaro de Barros Zago

**A Representação do Continente Africano nos livros didáticos de
Geografia do Ensino Médio**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO

2012

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Álvaro de Barros Zago

**A Representação do Continente Africano nos livros didáticos de
Geografia do Ensino Médio**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação História, Política, Sociedade, sob orientação da Profª, Doutora Circe Maria Fernandes Bittencourt

SÃO PAULO

2012

RESUMO

A presente pesquisa verificou como o continente africano foi representado, no decorrer da última década, nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio, considerando as possíveis mudanças em decorrência da promulgação da Lei Federal 10.639/03 que promoveu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e dos afro-descendentes. O material didático analisado corresponde a dois momentos distintos, o primeiro momento anterior a Lei Federal período de 2000 a 2003, e o segundo momento posterior à promulgação da mesma no período de 2004 a 2010, tendo como critério de seleção os autores que escreveram somente no primeiro momento, assim como os autores que escreveram após a promulgação da Lei Federal 10.639/03 e também os autores que escreveram livros didáticos durante os dois momentos da análise. A concepção de livro didático relaciona-o como suporte privilegiado dos conteúdos propostos pelos currículos com linguagem específica de comunicação de forma discursiva e iconográfica. As análises sobre o continente africano nos livros didáticos se fundamentaram nos aspectos do conteúdo e sua forma discursiva e iconográfica associadas aos objetivos da disciplina para esse nível de ensino.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Ensino Médio; livro didático; Continente Africano.

ABSTRACT

This study looked at how Africa has been represented over the last decade in the high school textbooks of Geography, considering possible changes due to the enactment of Federal Law 10.639/03 which promoted the mandatory teaching of African history and culture and African descent. The textbooks analyzed corresponds to two distinct periods, the first one before the Federal Law from 2000 to 2003, and the second one after the enactment of it in the period 2004 to 2010, with the selection criteria the authors who wrote only in the first moment, as the authors who wrote after the promulgation of Federal Law 10.639/03 and also the authors who have written textbooks for the two moments of the analysis. The design textbook lists it as privileged support of the proposed curriculum with content-specific language communication in a discursive and iconographic. Analyses of the African continent in the textbooks were based on aspects of content and its discursive and iconographic objectives associated with the discipline to this level of education.

Keywords: Teaching geography, high school, textbook, Africa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	73
Figura 2 Figura 3.....	73
Figura 4 Figura 5.....	74
Figura 6	74
Figura 7	75
Figura 8 Figura 9.....	76
Figura 10	76
Figura 11	76
Figura 12 Figura 13.....	77
Figura 14	79
Figura 15	79
Figura 16	80
Figura 17	80
Figura 18	81
Figura 19	82
Figura 20	83
Figura 21	83
Figura 22	84
Figura 23	85
Figura 24	85
Figura 25	86
Figura 26	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.....	22
TABELA 2: Categoria política.....	37
TABELA 3: Categoria econômica.....	39
TABELA 4: Categoria social.....	41
TABELA 5: Categoria cultural.....	44
TABELA 6: Categoria elementos físicos	46
TABELA 7: CATEGORIA POLÍTICA	48
Tabela 8: CATEGORIA ECONÔMICA	51
TABELA 9: CATEGORIA SOCIAL	55
TABELA 10: CATEGORIA CULTURAL.....	59
TABELA 11: CATEGORIA ELEMENTOS FÍSICOS	62
TABELA 12.....	71
TABELA 13.....	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

PNLD - PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO.

PNLEM - PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo I.....	21
Livros de Geografia: uma caracterização geral.....	21
1 - Obras selecionadas	22
2 - Sobre as Autorias	25
3 - Materialidade das obras escolhidas.....	28
4 - Sumários.....	31
Capítulo II.....	35
Conteúdos explícitos e pedagógicos sobre a África nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio.....	35
1 – Conteúdos explícitos	36
1.1 - Primeiro Momento: 2000 a 2003.....	37
1.2 - Segundo Momento: 2004 a 2010.....	48
2 – Conteúdos pedagógicos.....	65
2.1 – Primeiro Momento: 2000 a 2003.....	65
2.2 – Segundo Momento: 2004 a 2010	66
Capítulo 3.....	69
Iconografia didática sobre a África.....	69
1 - Primeiro Momento: 2000 a 2003.....	71
2 – Segundo momento: 2004 a 2010.....	78
Considerações finais	89
Referencias Bibliográficas	91
ANEXO 1.....	95

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo verificar como o continente africano tem sido apresentado no ensino de Geografia no nível médio, entre os anos de 2000 a 2010, nos livros didáticos desta disciplina escolar.

A motivação para iniciar este trabalho surgiu no decorrer de minha experiência docente no período de 2007 a 2009, na rede pública estadual de São Paulo, como professor de Geografia e História, do nível médio, ao identificar que os alunos ao serem indagados sobre a África relacionavam-na a termos como fome, AIDS e pobreza, sendo estes os mais recorrentes nas respostas obtidas, nas aulas.

Tal situação revela a importância de se estudar tema, considerando dois aspectos. O primeiro refere-se ao pouco conhecimento que os alunos detêm sobre a África, sendo este permeado por preconceitos que favorecem a construção de ideias baseadas em estereótipos e com pouca visibilidade sobre a diversidade de sua população, economia, aspectos físicos e sua própria história. Desta forma convergindo para visão de negatividade sobre os povos africanos. O mesmo pode ser percebido no ensino de História nas quais os alunos demonstraram espanto ao serem informados que o Egito antigo dos faraós encontra-se no continente africano.

Esse desconhecimento e equívocos, por parte dos alunos, articulam-se às várias questões sobre o ensino de Geografia no que se refere às relações necessárias sobre o estudo do continente africano para a população brasileira tendo em vista que a mesma é composta, em grande parte, por afrodescendentes (aproximadamente 93 milhões de habitantes, segundo o IBGE) e nossa história está vinculada desde os primórdios da colonização portuguesa à vinda das populações africanas para o Brasil.

Esta situação revela um problema, uma vez que os conteúdos têm sido selecionados sob uma ótica que privilegia as regiões consideradas mais desenvolvidas do mundo cristão ocidental e, ainda, compreende-se nesta dimensão uma cultura escolar sedimentada.

Assim apesar de o continente africano compor os conteúdos de Geografia ensinados nas escolas brasileiras desde o século XIX, integrando os

conteúdos da Geografia física e política os Programas e livros didáticos sempre apresentaram a África no conjunto dos estudos do Imperialismo e posteriormente no contexto de descolonização, durante o período da Guerra Fria.

Nessa perspectiva faz-se necessário compreender a Geografia como *disciplina escolar* (CHERVEL, 1990), e que como tal passa por transformações ao longo do tempo, de acordo com o contexto na qual se encontra inserida. Segundo André Chervel é importante se compreender como cada disciplina escolar se constituiu e tornou-se importante para a escola e, ainda, como se deu a consolidação de seus conteúdos e procedimentos avaliativos. Além desses aspectos o autor, ainda, destaca que todas as disciplinas escolares trazem consigo finalidades, estas por sua vez são decorrentes das demandas e conflitos da sociedade na qual a disciplina encontra-se inserida. Segundo Chervel:

“Os grandes objetivos da sociedade, que podem ser, segundo as épocas, a restauração da antiga ordem a formação deliberada de uma classe média pelo ensino secundário, o desenvolvimento do espírito patriótico, etc.; não deixam de determinar os conteúdos do ensino tanto quanto as grandes orientações estruturais.” (CHERVEL, 1990, p.187).

Tendo em vista a dinamicidade intrínseca às disciplinas escolares buscou-se, desta maneira, realizar um breve histórico das transformações ocorridas na disciplina de Geografia, para melhor se compreender o momento no qual se insere a presente pesquisa.

A Geografia como disciplina escolar surgiu no século XIX, na Prússia, e, posteriormente, na França em decorrência da derrota francesa na guerra Franco-Prussiana, fato este que revelou a necessidade de se pensar o espaço para se organizar. Segundo Pontuschka (2009):

“A geografia passou a desenvolver-se com o respaldo do Estado francês, sendo introduzida como disciplina em todas as séries do ensino básico na reforma efetiva da Terceira República. Foram criadas as cátedras e os institutos de Geografia, o que estimulou a formação de geógrafos e de professores da disciplina”. (PONTUSCHKA, 2009, p.44)

O precursor da escola francesa de Geografia foi Vidal de La Blache. O modelo de análise Lablachiano caracterizava-se pela observação da paisagem, para realização uma particularização da área enfocada, ou seja, uma regionalização. Posteriormente essas diferentes regiões poderiam ser comparadas e por fim classificadas de acordo com suas particularidades. A partir da década de 1930 as idéias Lablachianas, denominadas atualmente de Geografia Clássica, influenciaram o desenvolvimento da disciplina no Brasil, inicialmente nas Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como conduziram as primeiras gerações de geógrafos e professores em suas atuações profissionais.

De acordo com Pontuschka (2009), nas duas décadas seguintes os estudos regionais ganharam maior importância, por serem considerados, pelos autores, o modo mais fiel de representação da paisagem geográfica. Nesse mesmo período o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) exerceu um importante papel na produção de pesquisas geográficas, que acabaram por alcançar o ambiente escolar através dos livros didáticos e, também professores da disciplina.

Durante a década de 1950, com o fim da 2ª Guerra Mundial, ocorreram mudanças no contexto mundial, o Brasil passou a integrar o sistema econômico mundial sob a influência dos Estados Unidos. Nessa perspectiva muitos debates, sobre os problemas econômicos brasileiros, foram realizados com a participação de representantes de alguns segmentos sociais. Nesse contexto a aplicação de novas tecnologias nos setores da economia emergiu como solução mais adequada dos problemas e, tornando assim a realidade brasileira mais complexa.

Devido às transformações nos setores da economia brasileira, ocasionados pelo uso de tecnologias, o espaço geográfico também sofreu alterações e desta forma *“as metodologias propostas pelas várias tendências da Geografia tradicional não eram capazes de apreender essa complexidade”* (PONTUSCHKA, 2009, p.51). Em decorrência deste fato novas metodologias surgiram, aos poucos, para o desenvolvimento da pesquisa geográfica. Nas décadas de 60 e 70 novas técnicas para realização de análises espaciais surgiram como a aerofotogrametria e a utilização de imagens de satélites.

A partir da década de 1970 surgiu no Brasil a Geografia teórica, corrente muito disseminada nos Estados Unidos e na Inglaterra, na qual se pode verificar a utilização de métodos matemáticos e recursos cibernéticos para realização de análises quantitativas. O IBGE teve grande participação nas produções dessa corrente geográfica, divulgadas na Revista Brasileira de Geografia. Porém, muitos geógrafos criticavam a vertente teórica. Pontuschka aponta que:

“Segundo esses críticos, os teóricos apresentavam um discurso de conteúdo mais abstrato do que as propostas da chamada Geografia tradicional e, a despeito da linguagem mais elaborada, não deixavam de constituir uma vertente conservadora, à medida que sua abordagem tecnicista encobria questões políticas, econômicas e sociais presentes na análise do espaço geográfico” (PONTUSCHKA, 2009, p. 53).

A Geografia teórica não exerceu grande influência na escola de primeiro e segundo grau. No entanto deve-se considerar as políticas públicas educacionais do regime ditatorial ao qual o Brasil estava submetido desde 1964, extremamente prejudiciais ao ensino de Geografia. Neste período os livros didáticos apresentavam um conteúdo limitado e desvinculado da realidade do país, além da implementação da Lei 5.692/71 que extinguiu os estudos de História e Geografia incorporando-os aos Estudos Sociais, fato este que descaracterizou o ensino de Geografia.

A extinção da disciplina de Geografia para inserção dos Estudos Sociais causou uma reação dos professores da área, que buscavam restabelecer a autonomia da disciplina nas escolas. Desde o final da década de 70 até a de 80 a comunidade acadêmica realizou um intenso debate sobre a reestruturação dos saberes inerentes a ciência geográfica, tendo como resultado desse debate o surgimento, na década de 80, da denominada Geografia Crítica¹ corrente geográfica que apresentava o *materialismo histórico* e a *dialética* como fundamentos metodológicos para a pesquisa geográfica.

Um dos representantes da denominada Geografia Crítica, Yves Lacoste, criticou o ensino desinteressado da Geografia, defendendo a importância de se entender o espaço através de uma visão integrada do mesmo. Segundo o autor

¹ Dentre os representantes da Geografia Crítica destacam-se nomes como Yves Lacoste, Milton Santos e David Harvey.

esse conhecimento do espaço de forma integrada tornou-se um instrumento de poder, sendo que a Geografia ensinada na escola estava prestando um desserviço à medida que:

“Na verdade, a função ideológica essencial do discurso da geografia escolar e universitária foi sobretudo a de *mascarar* por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, como ainda para organização do Estado e prática do poder. É sobretudo quando ele parece “inútil” que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos “neutros” e “inocentes” parece supérflua. A sutileza foi a de ter passado um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo. Nós veremos que as consequências desta mistificação são graves. É o porquê de ser particularmente importante afirmar que a geografia serve, em primeiro lugar, para se fazer a guerra, isto é, desmascarar uma de suas funções estratégicas essenciais e desmontar os subterfúgios que a fazem passar por simplória e inútil” (LACOSTE, 1988, p.25).

A partir dessa renovação da Geografia buscou-se promover uma maior democratização, no que tange aos conteúdos abordados nas aulas desta disciplina. Segundo Santos:

“Esta tendência da Geografia na verdade acompanha um movimento mais global da sociedade: o processo de democratização, ainda que contraditoriamente embebido num recrudescimento de tendências conservadoras e combinado com o agravamento das desigualdades sociais, vez por outra abre brechas para falar vozes caladas tanto pelas forças conservadoras quanto por aquelas ditas progressistas.” (SANTOS, 2009, p.21).

Desta forma, segundo o mesmo autor a Geografia Crítica apresentou uma “*pluralidade de enfoques e temas para a Geografia Brasileira*” (SANTOS, 2009, p.21). Dentre os temas que compunham essa diversidade de temas se incluiu o estudo sobre a África e suas populações, assim como, as relações étnico-raciais no espaço geográfico, tendo em vista que este é uma construção social. Para Milton Santos, o espaço é construído a partir de relações sociais de processos do passado e do presente, Segundo o autor:

“[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.” (SANTOS, 2002, p.153).

Desta forma, a Geografia escolar deve se ocupar, também, das relações socioeconômicas e culturais do espaço africano, assim possibilitando a construção de um conhecimento mais amplo e desvinculados de estereótipos sobre a África e suas populações. Ainda nessa perspectiva segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental, deve se ocupar das *relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte* (BRASIL, 1998, 24). Seguindo a mesma linha de pensamento os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio definem que:

“(...) o ensino das Ciências Humanas deverá desenvolver a compreensão do significado da identidade, da solidariedade e da cultura, que configuram os campos de conhecimento de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Direito entre outros”. (BRASIL, 2000, p.93)

A partir dessas novas concepções de espaço apresentadas para o ensino de Geografia, tornou-se explícita a relevância de se repensar o estudo dos continentes e em particular o da África.

Indo de encontro a essa demanda social e educacional, a promulgação da Lei Federal 10.639/03² tornou obrigatório o ensino da cultura Afro-brasileira e da História africana na educação básica no âmbito de todo o currículo da escola básica.

Art.1º A da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o ensino História e cultura afro-brasileira.

² Posteriormente a Lei federal 10.639/2003 foi alterada no ano de 2008 pela lei 11.645, incluindo a temática indígena como obrigatório no âmbito de todo o currículo da Escola Básica.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003)

Evidencia-se assim que um dos objetivos centrais da lei é o de ampliar o conhecimento sobre a África no sentido de contribuir para a eliminação do preconceito sobre a população africana e/ou seus descendentes. Pode-se perceber que a Lei Federal 10.639/03, incluindo suas diretrizes, embora destaque as disciplinas de Artes, História e Literatura, também enfatiza a importância da participação de todas as outras disciplinas curriculares da escola básica e, nesse sentido inclui a Geografia.

Desta forma, esta pesquisa tem por objetivo identificar as mudanças no ensino de geografia sobre o continente africano decorrentes da Lei 10.639/03, tendo como problema central a constatação das dificuldades de se incluir temas que confrontam com uma tradição escolar.

Forquin adverte sobre as especificidades, seletividade da cultura escolar e os enfrentamentos que quando da reelaboração *“dos conteúdos da cultura destinados a serem transmitidos à nova geração.”* (Forquin, 1993, p.14). Tais dificuldades de se introduzir nova abordagem sobre um conteúdo tradicional são, portanto, inerentes ao processo de mudanças curriculares e, esta pesquisa procura então acompanhar esse processo de mudança. Para analisar esse processo foi estabelecido como fonte básica o livro didático.

A necessidade de a África estar incluída como conhecimento nos estudos geográficos tornou-se assim um problema quanto ao o que se deve selecionar para estudos desse continente.

Nessa perspectiva cabe indagar se está se efetivando mudanças quanto ao estudo do continente africano, e em particular para o nível médio.

Para analisar esse processo de mudança no ensino de Geografia foi estabelecido com fonte básica o livro didático.

A partir dessa delimitação da fonte de pesquisa, que se tornou também o objeto da mesma foi realizado um levantamento acerca das pesquisas que

abordam a temática africana no ensino a partir dos livros didáticos. Este mapeamento apontou um vasto universo de produções sobre a temática africana no ensino.³

Dentre os trabalhos encontrados sobre a temática africana no ensino foram selecionados quatro para situar melhor a presente pesquisa em relação aos debates acadêmicos correntes atualmente. É importante salientar que esta seleção é composta por pesquisas da área de Geografia e, também, da área de História.

Oliveira (2009), em seu artigo, aborda a importância da contribuição de Kabengele Munanga para a educação brasileira, em relação à negligência de valores civilizatórios que não sejam os considerados ocidentais, desta forma relegando a história e cultura africana a um segundo plano. Em seu artigo Oliveira considera:

(...) educação como a instância capaz de integrar o indivíduo, como pessoa, à totalidade do universo, não apenas intelectualmente, mas também objetivamente, facilitando-lhe uma visão e um entendimento de si como parte do todo e como a própria totalidade, numa relação de absoluta coresponsabilidade, onde o que tem maior importância não é nem o eu e nem o outro e sim o “e” capaz de congrega sem desfigurar ou aniquilar a diferença que é o verdadeiro sentido da relação, não fosse a diferença direta ou indiretamente, tudo acabaria relacionando-se com o mesmo uma vez que não haveria diferença. (OLIVEIRA, 2009, p. 3)

O artigo “*A Geografia escolar a partir dos livros didáticos: História da disciplina no Brasil*”, de autoria de Boligian (2008) discute a presença da tendência tradicional dos conteúdos e métodos contidos nos livros didáticos da disciplina em questão, utilizados atualmente; em contrapartida verificou também a inserção de conteúdos críticos, assim como, de conteúdos provenientes das demandas sociais.

O artigo de Boligian se encaixa em parte na temática da presente pesquisa à medida que trata sobre os conteúdos dos livros didáticos e como os mesmo são desenvolvidos a partir das correntes geográficas e também das

³ Este mapeamento resultou na seleção de 16 trabalhos entre artigos, dissertações e teses. Os mesmos foram encontrados na base de dados da CAPES ou nos anais da ANPED.

demandas sociais, porém não aborda especificamente a temática africana e sua abordagem nos livros didáticos de Geografia durante a última década.

O trabalho de Gomes (2010) aborda as mudanças ocorridas nos conteúdos da disciplina de Geografia no período de 1960 a 1989, apontando suas rupturas e continuidades dos saberes da Geografia escolar e visando identificar os contextos por trás dessas transformações. Para tanto o autor se utilizou dos principais livros didáticos escritos no recorte de tempo estabelecido.

Boulos (2008) em sua tese - *Imagens da África, dos seus africanos e seus descendentes em coleções de didáticos de História aprovadas pelo PNLD de 2004* - trabalha com a representação do continente africano e dos africanos nos livros didáticos de História do ensino fundamental I, que foram recomendados pelo MEC no PNLD de 2004. O autor buscou analisar a representação da África e dos africanos a partir das imagens presentes nas coleções.

Os trabalhos apresentados nessa categoria explicitam a relevância dos livros didáticos na prática docente, tendo em vista que estes matérias sintetizam os conteúdos a serem trabalhados e, também, explicitam as tendências do pensamento científico. Aponta, ainda, que estes matérias passam por mudanças em seus conteúdos no decorrer do tempo de acordo com as demandas sociais e transformações políticas.

Desta forma esses trabalhos contribuem a presente pesquisa à medida que abordam o livro didático como um instrumento que possibilita a verificação da existência de uma ligação histórica entre o conhecimento acadêmico e a produção didática.

Tais trabalhos justificam a relevância da presente pesquisa considerando o princípio de pertencimento étnico, tendo em vista que o currículo é um dos elementos na formação da identidade étnica dos indivíduos, e também direciona a produção dos livros didáticos indicados pelo PNLEM.

Minha pesquisa propõe observar a representação do continente africano em livros didáticos de Geografia, considerando que esta disciplina escolar, juntamente com a História, tem um importante papel na formação de identidades culturais. Para isso será considerada como marco a Lei Federal 10.639/03, tendo em vista que a partir de sua aprovação, criou-se a

necessidade de reformulação dos materiais didáticos de Geografia, para atender aos novos parâmetros legais.

Para a realização da pesquisa será considerado apenas o Ensino Médio, tendo em vista que este se trata do último ciclo do ensino básico, momento destinado à consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo dos ciclos anteriores, e também, por se tratar do momento de encaminhamento dos indivíduos para o Ensino Superior ou para o mercado de trabalho na sociedade.

Desta maneira a presente pesquisa visa contribuir para a ampliação do debate e fornecer mais subsídios para a reflexão de como o continente africano tem sido abordado no livro didático de Geografia em perspectiva de mudanças.

A partir desta perspectiva busca-se verificar como está ocorrendo a representação da África e dos africanos nos livros didáticos do período de 2000 a 2010. O foco da análise recairá nas coleções didáticas de Geografia destinadas ao ensino médio, em dois momentos distintos: o primeiro de 2000 a 2003 e o segundo momento de 2004 a 2010. Desta forma pretende-se identificar quais as permanências e, também as possíveis mudanças nos conteúdos dos materiais didáticos voltados para o ensino médio a partir da Lei 10.639/03.

Esta pesquisa parte de uma concepção de livro didático mais ampla, que busca situar os conteúdos em relação demais aspectos que interagem nessa produção. Segundo Bittencourt:

“(...) o livro didático é também um *depositário dos conteúdos escolares*, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões lingüísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos etc.” (BITTENCOURT, 1998, p. 72).

O segundo aspecto destacado pela autora é o papel de pedagógico que este material didático desempenha, tendo em vista que:

“O livro didático, nesse aspecto, elabora as estruturas e as condições para o professor, sendo inclusive comum existirem os “livros do professor” ou do “mestre”. Ao lado dos textos, o livro didático produz uma série de técnicas de aprendizagem: exercícios, questionários, sugestões de trabalho, enfim as tarefas que os alunos devem desempenhar para apreensão ou, na maior parte das vezes, para a retenção dos conteúdos. Assim, os manuais escolares apresentam não apenas os conteúdos das disciplinas, mas *como* esse conteúdo deve ser ensinado.” (BITTENCOURT, 1998, p. 72).

Por fim, Bittencourt salienta a função ideológica que o livro didático desempenha transmitindo *estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa.* (BITTENCOURT, 1998, p. 72).

Nessa perspectiva o livro didático deve ser concebido como uma complexa mercadoria cultural, assim como, uma importante ferramenta para o professor. Segundo Allain Choppin (2004) este material desempenha quatro funções essenciais no ensino. A primeira delas é a de *referencial*, tendo em vista que o livro didático é o suporte que contem os conteúdos e técnicas a serem transmitidos para as novas gerações; em seguida destaca a função *instrumental* que se caracteriza por colocar em prática os métodos de ensino para facilitar a aprendizagem; a terceira é a *ideológica e cultural* na qual o livro didático se *afirmou como um dos vetores essenciais da língua, cultura e dos valores das classes dominantes* (Choppin, p.553); e por fim a função *documental* devido ao fornecimento de um conjunto de documentos que podem promover o espírito crítico no alunado.

Choppin salienta, ainda, que as análises realizadas sob a perspectiva ideológica e cultural dos livros didáticos explicitam questões das sociedades contemporâneas revelando, *em cada país, preocupações comuns e recorrentes, ou então questões relacionadas a determinados acontecimentos localizados em determinado tempo e espaço* (Choppin, p.556). Desta forma o autor conclui que as representações da sociedade presentes nos livros didáticos são correspondentes aos anseios daqueles que o concebem, e não tal como ela se apresenta na realidade. Para o autor:

“O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável: as ações contrárias a moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados”. (Choppin, 2004, p.557).

A partir destas concepções sobre os livros didáticos apresentadas por Bittencourt e Choppin a questão central da análise sobre três aspectos. O primeiro aspecto refere-se à forma de produção desse material, editora, autorias e características materiais das diferentes obras.

Um segundo aspecto que corresponde ao segundo capítulo a análise recai sobre os *conteúdos explícitos* e *conteúdos pedagógicos* (Bittencourt, 1998). E, o aspecto seguinte a ser destacado, com o terceiro capítulo, refere-se à iconografia. Analisando a cartografia, fotos, gráficos, ilustrações e tabelas inseridos nos livros didáticos.

Capítulo I

Livros de Geografia: uma caracterização geral

Uma pesquisa sobre livros didáticos tem um problema central ligado aos critérios utilizados na escolha das obras que serão objeto de investigação. A quantidade de livros didáticos que circulam é sempre muito significativa. O catálogo do Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM) de Geografia de 2009 apresenta uma lista com quinze títulos disponíveis para a escolha dos professores. Calcula-se que anteriormente ao PNLEM uma quantidade semelhante ou até mesmo maior de títulos circulava pelas escolas, sejam públicas ou particulares⁴. (ver anexo 1)

Considerando esse universo de obras um aspecto que se tornou primordial para a pesquisa foi o de estabelecer critérios para a seleção dos livros didáticos a serem analisados uma vez que a pesquisa tem como delimitação temporal o período de 2000 a 2010. Um aspecto inicial foi o de selecionar as obras anteriores à Lei 10.639/03 considerando as possibilidades de acesso a elas e tendo em vista aquelas com maior tiragem e que fossem pertencentes a editoras distintas. Desta maneira foram selecionados apenas dois livros publicados no ano de 2000, sendo um da editora Scipione e outro da editora Moderna. Para o período posterior à lei foi escolhido um livro do ano de 2004⁵, da editora Atual e três livros do ano de 2005, sendo um da editora Moderna, um da editora Ática e outro da editora Saraiva.

Assim, o critério fundamental foi relacionado à promulgação da Lei Federal 10.639/03 sendo que em 2008 foi feito o PNLEM e embora as datas de produção das obras tenham sido de 2004 e 2005, os livros adotados posteriormente nas escolas, entre os anos de 2009 a 2011, são os mesmos, sem modificações, cabendo destacar que foram aprovados oficialmente.

Desta maneira, foram considerados como critérios de seleção três aspectos: livros produzidos somente no período anterior à promulgação da Lei

⁴ Nas escolas particulares os manuais didáticos destinados ao uso do aluno e do professor são geralmente as apostilas dos sistemas de ensino ao qual a escola se encontra vinculada.

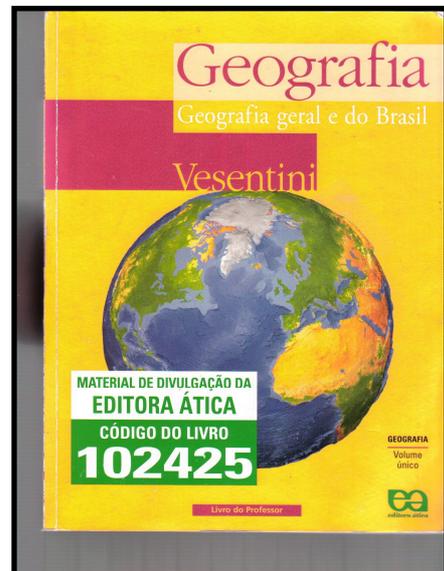
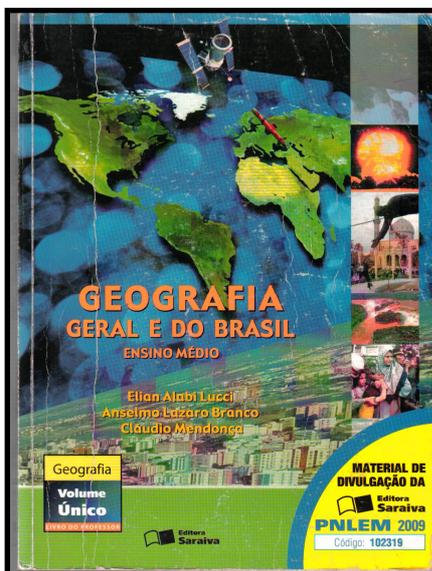
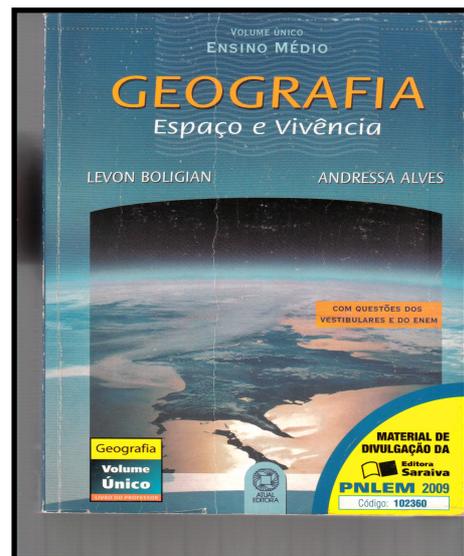
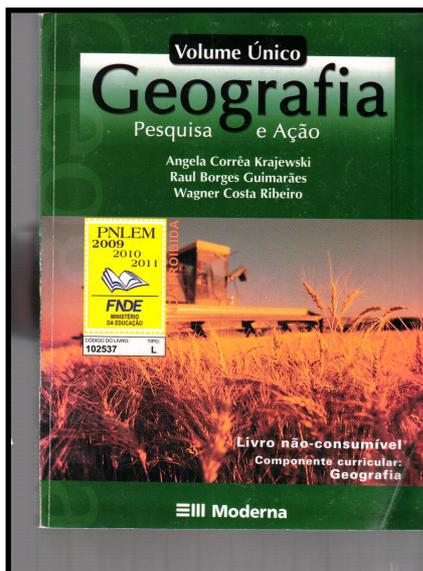
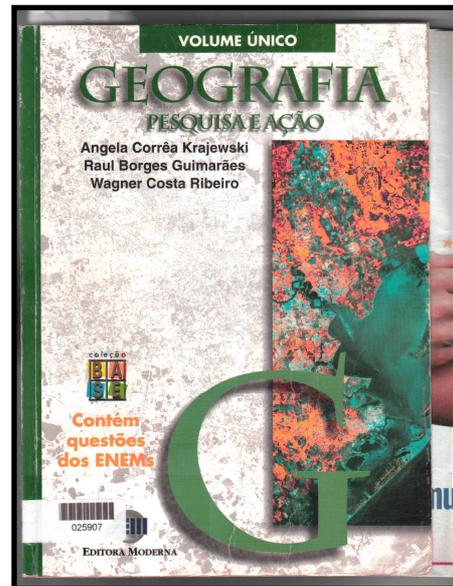
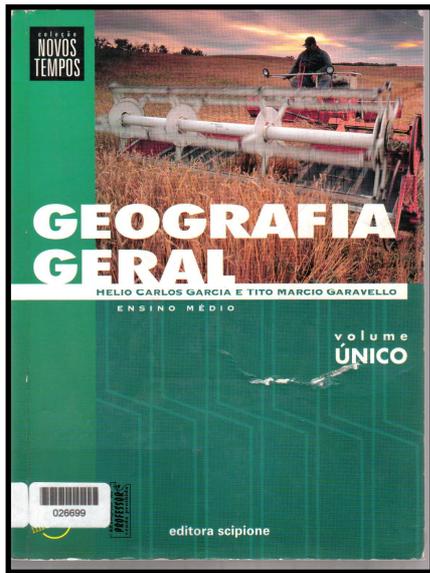
⁵ A obra de 2004 é semelhante a de 2008 a qual tive acesso enquanto professor da rede pública.

Federal 10.639/03; livros elaborados após a promulgação da Lei Federal; e por fim autores que elaboram livros durante os dois momentos da análise. Deve-se salientar que os livros selecionados no período posterior a promulgação da Lei Federal são obras avaliadas e aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM), e, portanto atenderam aos pré-requisitos estabelecidos no edital de seleção.

1 - Obras selecionadas

As obras, do período delimitado, selecionadas para análise encontram-se sistematizadas na tabela abaixo.

TABELA 1			
Autor (es)	Título	Editora	Ano
Helio Carlos Garcia; Tito Marcio Garavello	Geografia Geral	Scipione	2000
Ângela Corrêa Krajewski; Raul Borges Guimarães; Wagner Costa Ribeiro	Geografia: pesquisa e ação	Moderna	2000
Ângela Corrêa Krajewski; Raul Borges Guimarães; Wagner Costa Ribeiro	Geografia: pesquisa e ação	Moderna	2005
Levon Boligian; Andressa Turcatel Alves Boligian	Geografia: espaço e vivência	Atual	2004
Elian Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça	Geografia Geral e do Brasil	Saraiva	2005
José William Vesentini	Geografia: geografia geral e do Brasil	Ática	2005



Pode-se verificar que os livros didáticos referentes ao primeiro momento da análise, o período de 2000 a 2003, constituem apenas a terça parte do total das obras selecionadas.

Este fato se deve à dificuldade em se encontrar livros didáticos de Geografia do Ensino Médio publicados na primeira metade da década de 2000. Tendo em vista que esses livros didáticos, que se encontravam no ambiente escolar, são doados aos alunos com a chegada de novos materiais e, também, em alguns casos descartados pelas próprias instituições escolares devido à falta de espaço em suas bibliotecas, constituindo, desta forma, uma dificuldade ao acesso desse material de análise.

Os livros selecionados para análise, referentes ao primeiro momento da mesma, são volumes dedicados aos alunos e foram utilizados na escola da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, pois se encontram com as respostas e anotações feitas pelos alunos.

Correspondendo ao segundo momento da análise, período de 2004 a 2010, encontra-se a maior parte dos livros selecionados como objetos de pesquisa.

A facilidade em se encontrar esse material caracteriza-se pela permanência desses livros didáticos no ambiente escolar e, também, ao grande número de tiragens dos mesmos ao longo da segunda metade da década de 2000. Deve-se destacar, ainda, que os livros didáticos avaliados e selecionados no catálogo do PNLEM de 2009, entregue nas escolas da rede pública no ano de 2008, é composto por obras de anos anteriores, como se pode verificar na tabela apresentada acima.

Todos os livros do segundo momento da pesquisa que foram selecionados para análise são manuais do professor, conseqüentemente apresentam um maior número de páginas, em relação ao livro destinado ao aluno. Nas páginas adicionais são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos do livro; sua organização estrutural; subsídios e sugestões para o uso do material aos professores; e, também, as respostas das atividades propostas ao longo dos capítulos do livro didático.

As editoras nas quais os livros didáticos selecionados para pesquisa foram produzidos é outro aspecto relevante a se levar em conta. Dos seis exemplares utilizados nessa pesquisa encontram-se cinco diferentes editoras:

Ática, Atual, Moderna, Saraiva e Scipione. Dentre essas editoras a Moderna é responsável pela produção de dois dos livros didáticos analisados.

É importante salientar que todas as editoras responsáveis pela produção do material analisado encontram-se sediadas na cidade de São Paulo, e são produzidas por empresas tradicionais e já consolidadas no mercado de livros didáticos.

Dentre as editoras a mais antiga é a Editora Saraiva com mais de noventa anos no mercado editorial e livreiro. Além dessa longa presença no mercado livreiro o grupo Saraiva também é proprietário da Atual Editora, porém não alterou a razão social da mesma, só a incorporando ao grupo.

A editora Moderna que se encontra no mercado de livros didáticos a mais de quarenta anos chegou à liderança de vendas no ano de 2007. Esta editora recentemente foi comprada pelo Grupo Santillana, um empresa espanhola do ramo editorial livreiro e de comunicação, fundada no início da década de 1960 e que começou a expandir sua atuação pela América a partir do ano de 2000 (CASSIANO, 2007).

As editoras Ática e Scipione, a primeira com mais de meio século e a segunda há mais de vinte anos presentes no mercado de livros didáticos, ambas foram compradas pelo Grupo Abril e juntas formam a Abril Educação que detêm a liderança de vendas no mercado privado de livros didáticos conforme dados da ABRELIVROS.

2 - Sobre as Autorias

Nos últimos anos a autoria dos livros didáticos passou por transformações. Esta não se encontra restrita ao escritor, geralmente um professor da disciplina, responsável pelo texto que apresenta os conteúdos explícitos da obra, mas sim a um grupo de profissionais que interferem no processo de produção do livro didático. Segundo Bittencourt:

“A identificação da autoria dos livros didáticos tornou-se mais complexa na medida em que o ato de escrever o texto e o de transformá-lo em livro passaram por intensas transformações, as quais geraram polêmicas que se intensificaram nos últimos

anos. Uma rápida leitura da ficha técnica, por exemplo, apresentada na contracapa das obras didáticas produzidas a partir da década de 1990, comprova que o papel do autor de uma obra didática tem se modificado em decorrência das inovações tecnológicas impostas pela fabricação do livro. Copidesque, revisor de texto, pesquisador iconográfico, entre outros, constituem uma equipe cada vez mais numerosa de pessoas responsáveis pelo livro, e o autor do texto, embora permaneça encabeçando esse conjunto de profissionais, nem sempre é a figura principal.” (BITTENCOURT, 2004, p.477).

Essas transformações ocorridas nos conteúdos apresentados pelos livros didáticos, em decorrência da participação de um amplo conjunto de profissionais, refletem diretamente na forma como este material de constante utilização escolar é apreendido e incorporado pelos leitores- professores e alunos.

A maior parte dos autores dos livros didáticos selecionados para análise nessa pesquisa é composta por professores de Geografia em redes de ensino médio, participando, em vários casos de cursos pré-vestibulares, como o caso dos autores do livro *Geografia Geral*, publicada no ano de 2000. Esta obra de autoria de Helio Carlos Garcia e Tito Marcio Garavello, sendo o primeiro graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o outro autor graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Ambos atuam como professores de Geografia no Anglo vestibulares em São Paulo e possuem produções didáticas em conjunto desde a década de 1990.

As demais obras apresentam como autores professores de Geografia que atuam em escolas de ensino médio, sendo que, por vezes se associam a professores do ensino superior. As obras denominadas *Geografia: pesquisa e ação*, publicadas nos anos de 2000 e 2005 apresentam como autores Ângela Corrêa Krajewski, Raul Borges Guimarães e Wagner Costa Ribeiro. Ângela Krajewski é graduada em Geografia e mestranda em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Atua como professora de Geografia e Geopolítica no ensino médio e em cursos pré-vestibulares e, ainda, é autora das matrizes de referência do Saeb – Geografia.

Outro autor diferenciado é Raul Borges Guimarães, graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui mestrado, doutorado e Livre docência pela Universidade de São Paulo pela

Universidade de São Paulo, onde atua como professor. É autor das matrizes de referência do Saeb, da Matriz de Competência do Enem e, também de livros didáticos desde a segunda metade da década de 1990.

Wagner Costa Ribeiro é graduado, mestre, doutor e livre docente em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como professor no Ensino Superior. É autor de livros didáticos e, também, de livros paradidáticos desde a segunda metade da década de 1990.

O livro *Geografia: espaço e vivência*, publicada no ano de 2004 pela Atual editora apresenta como autores Levon Boligian e Andressa Turcatel Alves Boligian. Ambos graduados em geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Levon Boligian possui mestrado e doutorado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), o autor atua como professor de geografia no ensino básico e também no ensino superior. Andressa Turcatel Alves Boligian possui mestrado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Os autores iniciaram suas produções didáticas recentemente, na década de 2000, após a promulgação da Lei federal 10.639/03.

O manual *Geografia Geral e do Brasil*, publicado em 2005 traz como autores Ellian Alabi Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Cláudio Mendonça. O primeiro é graduado em Geografia e História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui pós-graduação em História, Geografia e Turismo pela Faculdade Dom Bosco de São Paulo. Atuou como professor do ensino básico e, também do ensino superior. É palestrante e, ainda, diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros seção Bauru.

Anselmo Lazaro Branco é graduado em Geografia pelas Faculdades Integradas do Ipiranga, atua como professor do ensino básico e, também como colaborador do site “lições de casa” do UOL.

Cláudio Mendonça é graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e atua como professor de Geografia no ensino básico e em cursinhos pré-vestibulares. Os autores possuem outras seis obras escritas conjuntamente, em anos anteriores.

O último livro que compõem o material analisado nesta pesquisa – *Geografia: geografia geral e do Brasil*, publicado em 2005 - tem como autor José William Vesentini. Este é graduado, mestre, doutor e livre-docente em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), têm experiência como

professor do ensino básico e atua no ensino superior. Deve-se destacar, ainda, que o autor possui uma extensa produção de manuais didáticos, tendo início na década de 1980 e se estendendo até a década de 2000.

Após esse breve panorama sobre os autores dos livros didáticos analisados pôde-se verificar que estes autores, em sua maioria, atuam ou já atuaram como professores de Geografia sendo a única exceção Andressa Turcatel Alves Boligian. Dentre estes que tiveram ou ainda tem experiência a área educacional, especificamente no ensino de Geografia, sendo que seis deles encontram-se no Ensino Básico e, cinco no Ensino Superior.

Deve-se salientar que todas as obras apresentam, ainda, uma extensa lista de profissionais envolvidos no processo de produção das mesmas. Entre eles encontram-se os revisores assim como os coordenadores de diversas naturezas: editoriais; de design e projetos visuais; de produção gráfica; de revisão; de pesquisa iconográfica; de tratamento de imagem e; de produção industrial.

Destacam-se, também, os grupos de profissionais responsáveis pela cartografia apresentada nos livros didáticos, tendo em vista que esta constitui uma ferramenta indispensável à Geografia e conseqüentemente ao seu ensino. Por fim, deve-se destacar, também, os profissionais responsáveis pela pesquisa iconográfica das obras, uma vez que o aspecto visual contribui e fornece outras possibilidades de leitura que não somente a textual ao aluno, e desta forma tornando o uso do livro didático mais interessante aos professores e alunos.

3 - Materialidade das obras escolhidas

Foi verificada, ainda, a materialidade presente nos livros didáticos escolhidos como objeto de análise da pesquisa. Para tanto foram considerados aspectos comuns às obras didáticas: dimensões, capa, página de rosto e Sumário.

As obras selecionadas para análise podem ser classificadas em dois grupos. O primeiro composto pelos dois manuais anteriores a promulgação da Lei Federal 10.639/03. O segundo grupo é composto pelos manuais editados

após a promulgação da Lei Federal, sendo que para neste momento da análise foram selecionados apenas os livros didáticos avaliados e aprovados pelo PNLEM, e que foram entregues nas escolas rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

Os livros didáticos analisados, publicados anteriormente a promulgação da Lei Federal 10.639/03, apresentam algumas divergências quanto à forma. A primeira diferença que pode ser notada entre os materiais é quanto ao tamanho. O livro *Geografia Geral*, da editora Scipione, apresenta dimensões menores em relação ao da editora Moderna: 19,2cm de largura x 25,7cm de comprimento e 20,1cm de largura x 27,5 de comprimento, respectivamente. Porém o primeiro apresenta um maior número de páginas em relação ao segundo, sendo composto por quatrocentas e vinte e uma páginas enquanto que o manual da editora Moderna apresenta duzentas e setenta e nove páginas.

A capa de ambos os livros didáticos são apresentadas imagens poli cromáticas, trazendo o título os nomes dos autores e da editora e a indicação de volume único. As páginas de rosto dos dois manuais apresentam novamente as informações básicas contidas na capa, com a adição de informações referentes à formação e atuação profissional dos autores.

Verificou-se outra divergência no que tange a organização do sumário. O livro didático *Geografia Geral* apresenta o sumário organizado em unidades, divididas de acordo com a divisão dos continentes: “*América*”; “*Europa*”; “*Ásia*”; “*África*”; “*Oceania*”; e “*As Regiões Polares*” em letras monocromáticas e dividindo a folha em duas colunas.

As unidades se apresentam divididas em quadros, que os autores diferenciam em: “*quadro natural*”; “*quadro histórico*”; “*quadro geopolítico*”; “*quadro humano*”; e “*quadro econômico*”, porém essa subdivisão em quadros não é comum à constituição de todas as unidades.

Em contrapartida, o livro *Geografia: pesquisa e ação* apresenta o sumário divididos em unidades que compõem o livro ao longo de quatro páginas, com os nomes das unidades em diferentes cores e os nomes dos capítulos com letras em fonte maior.

As unidades se apresentam divididas de acordo com quatro grandes eixos: “*O mundo político contemporâneo*”; “*A geografia das redes mundiais*”;

“Desafios ambientais” e “Geografia e mudança social”. Estes eixos encontram-se subdivididos em capítulos que apresentam os temas a serem abordados ao longo de cada unidade.

O Segundo grupo de livros, publicados posteriormente a Lei Federal 10.639/03, e que é composto pelos livros aprovados no PNLEM, apresentam contrariamente ao primeiro grupo muitas semelhanças, considerando que obedecem aos critérios estabelecidos pelo edital do órgão avaliador.

A primeira padronização se encontra nas dimensões dos manuais didáticos aprovados no PNLEM, todos apresentam dimensões de 20,3 centímetros de largura e 27,4 centímetros de comprimento. Quanto ao número de páginas as obras estas são diferenciadas, porém essa diferença não caracteriza uma grande discrepância entre as mesmas.

O segundo elemento no qual pode se destacar uma padronização entre os materiais é com relação à organização do sumário das obras, todas se encontram organizadas em unidades e capítulos, a única exceção é o material de José William Vesentini que agrupa as unidades em “partes”, porém o autor mantém a divisão em **unidades**. Pode-se destacar, ainda, a uniformidade nos inícios de unidades das obras, em que são, sem exceção, apresentados textos introdutórios acompanhados por elementos iconográficos.

Desta forma pôde-se verificar uma diferença quanto à materialidade entre os dois períodos delimitados na pesquisa. No primeiro constatou-se a inexistência de um padrão determinado para a produção de livros didáticos destinados ao Ensino Médio. Enquanto que no segundo, o grupo de livros didáticos analisados apresenta uma grande uniformidade entre os títulos. Essa uniformidade se deve aos critérios de seleção estabelecidos pelo PNLEM. Segundo o próprio catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, direcionado aos professores, essa seleção ocorre em dois momentos:

“A primeira fase consistiu em uma cuidadosa análise das obras inscritas pelas editoras. Esse processo começou com uma averiguação das especificações técnicas dos livros (formato, matéria-prima e acabamento). Isso garante que os volumes que chegarão às suas mãos atendam aos critérios de qualidade estabelecidos pelo MEC. Em seguida, as obras passaram por uma detalhada avaliação dos aspectos conceituais, metodológicos e éticos. Essa etapa assegura que todas as obras listadas no catálogo – e que, portanto, poderão

ser escolhidas por vocês – reúnam condições satisfatórias para serem usadas no trabalho pedagógico.”(GEOGRAFIA, 2008, p.7)

Ainda, segundo o mesmo documento produzido pelo Ministério da Educação e Cultura, esse salto qualitativo em relação à materialidade e, também, aos conteúdos presentes nos livros se deve ao fato de que:

“(...) o PNLEM apóia-se sobre o aprimoramento de quase uma década do processo de avaliação de obras didáticas, iniciado no PNLD. Esse aprimoramento é decorrente da experiência acumulada em avaliações anteriores, da melhoria da qualidade das obras apresentadas em cada edição daquele Programa e, também, produto do debate e da pesquisa que vêm ocorrendo, principalmente no meio acadêmico, a partir de 1995. Assim como se busca um aprimoramento constante do processo, espera-se, em contrapartida, obras didáticas cada vez mais próximas das demandas sociais e coerentes com as práticas educativas autônomas dos professores.” (GEOGRAFIA, 2008, p.12)

Desta forma, verificou-se que a padronização dos livros didáticos vem ocorrendo a mais de uma década, em decorrência das exigências mínimas estabelecidas nos Programas dos Livros Didáticos, que visam a melhoria da qualidade estética e funcional do material comprado pelo Governo e distribuído nas escolas da Educação Básica de todo o país. Esses Programas se utilizam das pesquisas acadêmicas sobre esse objeto cultural que é tão difundido no ambiente escolar brasileiro.

4 - Sumários

A análise dos sumários permite identificar o continente africano no conjunto dos conteúdos das obras selecionadas. Uma análise de natureza quantitativa possibilitou verificar quantas unidades e/ou capítulos foram destinados ao continente africano e suas populações nos livros em questão. Nessa análise também se dividiu os manuais entre os que foram publicados anteriormente a Lei Federal 10.639/03 e os que foram publicados posteriormente a mesma.

O primeiro grupo, composto pelos manuais que tiveram sua publicação anteriormente a promulgação da Lei Federal, apresentou uma grande diferença entres os títulos analisados.

O livro “*Geografia Geral*” de Helio Carlos Garcia e Tito Marcio Garavello apresenta uma unidade inteira destinada ao continente africano, somando cinqüenta e seis páginas o que representa aproximadamente 13% (treze por cento) do total de páginas do livro. Nesta obra as divisões dos capítulos são apresentadas através de termos de uso comum na Geografia, porém em dois dos capítulos encontram-se títulos específicos que apresentam o continente africano no sumário do livro didático, estes se encontram divididos entre o quadro geopolítico: *Somália e Etiópia; A guerra civil em Ruanda; o apartheid na África do Sul* e; *O avanço do fundamentalismo islâmico na África*; e o quadro e econômico: *Produção agrícola e mineral* e; *Atividade industrial na África do Sul e no Egito*.

O manual “*Geografia pesquisa e ação*”, de Ângela Corrêa Krajewski, Raul Borges Guimarães e Wagner Costa Ribeiro, apresenta apenas dois tópicos em diferentes capítulos da primeira unidade, somando cinco páginas o que corresponde a aproximadamente 1,7% (um vírgula sete por cento) do total de páginas. No terceiro capítulo do livro, denominado Geopolítica contemporânea, encontra-se o primeiro tópico que aborda o continente africano sob o título *As potências regionais*, neste encontra-se um subtópico denominado “*A África do Sul*”. O segundo tópico localiza-se no quinto capítulo e é intitulado: “*Os conflitos étnicos na África*”, neste encontram-se outros três subtópicos: *África do Sul – o apartheid; Ruanda – a morte mora ao lado* e; *Angola – a guerra sem fim*.

O segundo grupo de manuais didáticos, avaliados e aprovados no PNLEM, pouco apresentam conteúdos referentes à África e suas populações nos sumários.

A versão atualizada de “*Geografia pesquisa e ação*” de Ângela Corrêa Krajewski, Raul Borges Guimarães e Wagner Costa Ribeiro, publicada em 2005, apresenta dois tópicos referentes à África, como em sua versão anterior a promulgação da Lei Federal, porém somando sete páginas o que representa 1,8% (um vírgula oito por cento) do total de páginas da obra, caracterizando uma pequena mudança quantitativa em relação a sua versão publica no

anterior a Lei 10.639/03. Nesta versão os tópicos permanecem com os mesmos títulos da versão anterior, publicada no ano de 2000, porém, o tópico destinado aos conflitos étnicos só apresenta dois subtópicos: *Ruanda – a morte mora ao lado* e; *Angola – a guerra sem fim*.

O manual “*Geografia geral e do Brasil*”, dos autores Elian Alabi Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Cláudio Mendonça apresenta, também, apenas dois tópicos sobre o continente africano que somam duas páginas e meia, quantia que representa, apenas, 0,6% (zero vírgula seis por cento) do total de páginas que compõem a obra. Os tópicos sobre o continente africano são apresentados nos capítulos dez e dezessete com os títulos “*A questão agrícola na África*” e, “*Os conflitos africanos*” respectivamente.

O livro de José William Vesentini – “*Geografia: Geografia geral e do Brasil*” - traz em seu sumário duas indicações sobre o continente africano, sendo a primeira delas a indicação de um texto complementar no final de um dos capítulos com o título: “*África, América Latina e Leste europeu: os diferentes caminhos*”; e a segunda um tópico no trigésimo terceiro capítulo com o título: “*Civilizações negro-africanas*”, desta forma somando no total duas páginas e meia, quantia que representa 0,6% (zero vírgula seis) do total de páginas do manual.

Por fim, o livro de Levon Boligian e Andressa Turcatel Alves Boligian – “*Geografia espaço e vivência*” – não apresenta sequer um tópico com temas que façam referência explícita ao continente africano e suas populações em seu sumário.

É importante salientar que os tópicos presentes nos sumários dos livros didáticos referentes ao período posterior à promulgação da Lei Federal 10.639/03, limitam-se a apresentar aspectos negativos do continente africano e suas populações, de modo geral, enfocando os conflitos étnicos e as dificuldades econômicas e sociais nas quais se encontram alguns países africanos.

A partir dessa verificação pode-se constatar que mesmo após a promulgação da Lei Federal 10.639/03 os conteúdos geográficos, referentes à África e suas populações, presentes nas unidades e capítulos dos livros de Geografia do Ensino Médio representam, ainda, uma pequena parcela do total da obra. Este fato demonstra a fragilidade com a qual é abordada a temática

africana no ensino de Geografia. Tendo em vista que é explícita a contradição entre a obrigatoriedade de se abordar conteúdos referentes ao continente africano e suas populações no âmbito de todo o currículo imposta pela Lei Federal 10.639/03 e os conteúdos apresentados nos livros didáticos que chegam até a sala de aula para uso diário dos alunos.

Capítulo II

Conteúdos explícitos e pedagógicos sobre a África nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio

A África tem sido apresentada nos textos dos livros didáticos de maneira fragmentada, os tópicos dedicados especificamente a este continente são, geralmente, pequenos quando não inexistentes. Esta condição faz com que os diferentes temas sobre a África se encontrem diluídos ao longo dos conteúdos presentes nos livros didáticos de Geografia.

Desta forma tornou-se explícita a necessidade de uma organização dos conteúdos, referentes a este continente que possibilitem a visualização de como a África se inserem nas diferentes categorias do ensino de Geografia.

Nos programas curriculares verifica-se essa fragmentação. Atualmente o programa curricular do Estado de São Paulo, destinado ao ensino médio, que está em vigor desde o ano de 2008, apresenta na disciplina de Geografia um tópico destinado à temática africana. Este é apresentado somente no terceiro bimestre do terceiro ano do ensino médio, porém, mesmo destinando todo um bimestre para a temática africana, pouco se trata sobre as questões que não se encontrem ligadas a localização da África e aos problemas políticos e socioeconômicos em detrimento dos aspectos culturais desse continente.

Para a análise dos livros didáticos selecionados nesta pesquisa foi feita uma divisão em dois momentos da história recente e foram estabelecidos três aspectos quanto aos conteúdos.

O primeiro aspecto da análise consistiu na leitura da parte introdutória da obra, em geral denominada *Apresentação*, espaço no qual os autores explicitam os conteúdos a serem trabalhados pelo professor e os objetivos pretendidos com o uso do livro didático. Trata-se de uma parte em que os autores se colocam e apresentam a obra aos professores e estes são, nesta parte do livro, os únicos leitores, uma vez que são os professores, em princípio quem selecionarão as obras a serem utilizadas pelos alunos.

A segunda etapa da análise corresponde ao *conteúdo explícito* (CHERVEL, 1990) e esta análise foi feita com base na metodologia contida na

obra *Análise de conteúdo*, de autoria de Lawrence Bardin (2004). Esta parte da análise foi constituída a partir da leitura de todo o conteúdo explícito presente nos livros, destacando os termos mais recorrentes relacionados ao continente africano e suas populações. Os conteúdos explícitos foram, então, separados cinco categorias: política, econômica, social, cultural e os aspectos físicos.

Em uma terceira etapa foram analisados os conteúdos pedagógicos.

1 – Conteúdos explícitos

A leitura das apresentações dos livros didáticos, de modo geral, aponta a preocupação dos autores em abordar os conteúdos referentes à organização espacial e as relações socioeconômicas e de poder, inscritas no espaço geográfico mundial. Os autores, ainda, destacam a importância da transmissão dos conhecimentos provenientes da ciência geográfica para que os alunos tenham subsídios que possibilitem interpretar e compreender a realidade na qual se encontram inseridos e, desta forma, contribua para a formação destes como cidadãos.

Os resultados encontrados na segunda etapa, destinada à análise dos conteúdos, encontram-se sistematizados nas tabelas de acordo com as categorias estabelecidas. Estas estão apresentadas a seguir e obedecem aos dois momentos delimitados pela pesquisa: o primeiro momento anterior à promulgação da Lei Federal 10.639/03, no período de 2000 a 2003, e o segundo de 2004 a 2010.

1.1 - Primeiro Momento: 2000 a 2003

TABELA 2: Categoria política		
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2000)	GEOGRAFIA GERAL
Ajuda internacional	0	3
Colonização	26	14
Conferências internacionais	3	0
Conflitos	20	19
Descolonização	3	3
Escravidão		
Fragmentação política	8	8
Interesse estrangeiro	0	2
Políticas de segregação	8	12
Potências regionais	5	0
Processo democrático recente	13	3
Refugiados	1	2
Regime islâmico	3	3
Terrorismo	1	0
Tratados de paz	1	1

A partir da leitura dos dados apresentados na tabela 2 pôde-se verificar que os termos que indicam os aspectos negativos do contexto político africano são mais recorrentes em relação aos positivos.

Os termos negativos relacionados aos aspectos políticos mais frequentes na apresentação dos conteúdos referem-se ao processo de colonização europeia empreendida no espaço africano, durante o século XIX, e que deixou profundas marcas nestas sociedades; os conflitos étnicos, que em grande parte são o resultado da política colonial europeia e, que posteriormente foram agravados pelos interesses dos EUA e URSS durante a Guerra Fria. No manual *“Geografia Geral”*, os autores destacam a participação

dos EUA e da URSS no agravamento dos conflitos étnicos deflagrados no continente africano, no tópico “*Um barril de pólvora no pós-guerra*” na página 337 os autores citam este fato:

A rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética transformou a África num estranho e confuso “campo de batalha”. As tradicionais rivalidades entre as tribos foram exploradas pelas superpotências, a fim de conquistarem espaços políticos nesse continente. Em qualquer país africano onde se constatava a ocorrência de divergências, lá estavam as duas superpotências financiando uma das partes, fornecendo armamentos modernos e apoio tático para levá-las ao poder. Os aliados que chegavam ao poder recebiam ajuda de toda ordem da potência aliada, inclusive financeira, o que de alguma forma servia para aumentar o quadro de miserabilidade em que vivia a maior parte dos habitantes desses países. (GARCIA; GARAVELLO, 200, p.337).

Ainda, nessa perspectiva outros termos também ganharam destaque como: o processo de escravidão; as políticas de segregação difundidas durante de muitos anos em diversas localidades da África, tendo como destaque em ambos os livros o Apartheid; e, também a fragmentação política decorrente da herança colonial.

Deve-se salientar, ainda, os aspectos positivos explicitados nos conteúdos apresentados nos livros, dentre os apresentados destacam-se os termos que se referem aos processos democráticos recentes que ocorreram no continente africano. No manual “*Geografia: pesquisa e ação*”, os autores fazem um apanhado histórico sobre os fatores que culminaram com o *apartheid*, no tópico “*África do Sul – o apartheid*” e também os desdobramentos positivos resultantes das lutas políticas contra esse regime imposto na África do Sul, segundo os autores:

O *apartheid* foi condenado pela maioria das nações do mundo, pois representava a continuação da opressão colonial a uma nação livre.

Figuras como Nelson Mandela, líder do CNA (Congresso Nacional Africano), partido político ilegal e que resistiu bravamente ao *apartheid*, e Desmond Tutu, bispo da Igreja Anglicana e prêmio Nobel da Paz de 1984, foram fundamentais para o fim do regime de *apartheid*.

As eleições na África do Sul, em 1994, e a vitória de CNA só foram possíveis após um longo trabalho junto às lideranças brancas do país, que pressionadas pela crescente organização

dos negros e pelas sanções internacionais imposta pela ONU, resolveram ceder. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.56).

Outro tema abordado nos conteúdos dos manuais é a recente descolonização, mesmo esta sendo tratada de maneira pontual e dando destaque aos problemas deixados pelas antigas potências colônias nos jovens países africanos.

Nos livros analisados se faz importante salientar que as obras apresentam uma abordagem pedagógica mais linear sobre a África e suas populações. É importante destacar, também, que o manual *“Geografia: pesquisa e ação”* apresenta uma abordagem que contempla mais aspectos positivos em relação à obra *“Geografia Geral”*, porém ainda apresenta um grande volume de termos relacionados aos aspectos negativos do contexto político africano.

TABELA 3: Categoria econômica		
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2000)	GEOGRAFIA GERAL
Desenvolvimento industrial	1	0
Dependência internacional	0	2
Economias baseadas no setor primário	3	11
Economias em ascensão	4	8
Economias frágeis	0	4
Embargo econômico	2	0
Industrialização tardia	0	4
Inserção no mercado internacional	4	0
Produtos minerais	1	8
Rota comercial	3	2
Subdesenvolvimento	2	9

A proporção entre os aspectos econômicos positivos e negativos apresentados na tabela 3 apresenta uma pequena vantagem dos segundos sobre os primeiros.

Dentre os termos negativos mais recorrentes encontram-se o subdesenvolvimento e economias baseadas no setor primário. O primeiro refere-se à pobreza presente no continente e, também, a colocação das nações africanas no denominado terceiro mundo. Já o segundo refere-se à dependência dos países africanos na venda de commodities, que apresentam um baixo valor de mercado e conseqüentemente pequenos lucros aos países africanos. Ainda nessa perspectiva, encontra-se a recorrente referência ao sistema de plantation que acentua problemas como a concentração de terras e renda. No livro “*Geografia Geral*” os autores citam no tópico “*Produção agrícola e mineral*”, as condições das atividades desenvolvidas no setor primário das economias africanas, segundo os autores:

Ao Sul do Saara, na África Negra, a agricultura é predominantemente do tipo tradicional ou de subsistência, com técnicas primitivas de produção. Entre as produções tradicionais, destacam-se mandioca, milhete, sorgo e inhame. A agricultura comercial na forma de *plantation*, herança da colonização européia, ocupa os melhores solos e está voltada para o mercado externo, com destaque para os cultivos de café, cacau, algodão, amendoim, e cana-de-açúcar. (GARCIA; GARAVELLO, 200, p.356).

Deve-se destacar ainda as referências feitas à dependência internacional e, também, sobre o processo de industrialização tardia que acaba por reforçar a idéia de dependência, no que tange à produção e consumo de bens duráveis.

Porém, pôde-se verificar que a apresentação de aspectos positivos como a indicação que algumas economias africanas se encontravam em ascensão já era apresentada nos conteúdos dos livros analisados, assim como a de que estava havendo uma maior inserção dos mesmos no mercado internacional. No manual “*Geografia: pesquisa e ação*”, os autores citam o crescimento da hegemonia da África do Sul após o embargo econômico imposto pela ONU, segundo os autores:

Com o fim do bloqueio econômico, a África do Sul passou a poder exercer sua hegemonia na chamada África Negra. Nenhum outro país dessa porção do continente africano dispõe de uma base industrial e de forças armadas com a qualidade

das sul-africanas. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.38).

TABELA 4: Categoria social		
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2000)	GEOGRAFIA GERAL
Acentuadas desigualdades sociais	0	12
Alta taxa de mortalidade	0	5
Alta taxa de natalidade	0	1
Composição da população brasileira	9	0
Composição da população norte americana	3	0
Concentração populacional	3	5
Crescimento demográfico	3	2
Crescente urbanização	1	0
Epidemias	1	3
Fome	3	1
Fragmentação social	0	5
Migrações	3	2
Patriarcalismo	0	2
População predominantemente rural	0	1
Prostituição	0	1

Essas explicitações dos aspectos econômicos positivos do continente africano são de grande relevância, tendo em vista que o livro didático desempenha função de *referencial* (Choppin, 2004), estes conteúdos tornam-se subsídios para se construir um conhecimento mais coerente sobre o contexto econômico da África dos últimos anos.

Nesta categoria encontra-se um grande número de termos relacionados aos aspectos sociais negativos presentes na África, desta forma, contribuindo

para a consolidação de um conhecimento estereotipado sobre as sociedades africanas.

Dentre eles destacam-se como os relacionados à dinâmica populacional como as migrações, sejam elas internas ou para outros continentes, na busca por melhores condições socioeconômicas. Destacam-se, ainda, as diferenças sociais, sendo estas mais recorrentes no manual *“Geografia Geral”*; a fome e as epidemias, como grandes problemas que assolam diferentes regiões do continente. No tópico *“Quadro social”* os autores citam as deficiências alimentares como o fator chave dos problemas sociais na África, segundo os autores:

Esses resultados devem-se sobretudo às deficiências alimentares e assistenciais, principalmente médico-hospitalares, às precárias condições de saúde de grande parte das populações africanas, o que explica a ocorrência, como regra geral, de elevadas taxas de mortalidade infantil e da baixa expectativa de vida nos países africanos. (GARCIA; GARAVELLO, 200, p.352)

Ainda na mesma página encontra-se uma tabela estatística intitulada *“África”*, na qual se encontram os dois indicadores sócias. O primeiro indicador apresentado é a taxa de mortalidade infantil (‰), neste apresentam-se elevadas taxas de mortalidade infantil em quatro países africanos (República Centro-Africana, Serra Leoa, Guiné-Bissau e Malavi). O segundo indicador apresentado é o número de habitantes por médico, neste as estatísticas mostram uma realidade alarmante, uma vez que o número de habitantes por médico é muito grande.

O livro *“Geografia Geral”* apresentou, também, aspectos gerais sobre a população como taxa de natalidade e de mortalidade. Neste manual encontrou-se uma ampla abordagem sobre o contexto social do continente africano, mesmo esta sendo, notadamente, permeada por elementos negativos.

No manual *“Geografia: pesquisa e ação”* foi dada uma maior visibilidade a participação dos africanos na composição da população brasileira, porém, este conteúdo encontra-se diretamente vinculado com a questão da escravidão das populações africanas trazidas para ao Brasil para o trabalho compulsório nas *plantations* de cana-de-açúcar. No tópico *“A população brasileira”*, do

capítulo 10 os autores dividem a história da formação da população brasileira em três períodos. No primeiro período de acordo com os autores de 1500 a 1808, eles citam a migração forçada das populações africanas para o trabalho escravo no Brasil, segundo os autores:

Até meados do século XVII, o povoamento no Brasil restringiu-se à faixa litorânea. Isso ocorreu em virtude de ter tido como interesse o desenvolvimento de uma colônia de exploração, voltada à agroexportação. Constatava-se até esse momento, além da população nativa, já bastante reduzida por fome, doenças e guerra de extermínio, uma pequena migração portuguesa e um significativo contingente de escravos africanos trabalhando nas *plantations* de cana-de-açúcar no Nordeste. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.111).

No final do segundo período estabelecido pelos autores como sendo de 1808 a 1872, os mesmos citam novamente a grande participação, de maneira forçada, das populações africanas na composição da população brasileira:

Podemos então concluir que o crescimento populacional no período de 1800 a 1872 é explicado pelo aumento do tráfico de escravos até por volta de 1850, pela imigração de europeus e pelo crescimento vegetativo da população. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.112).

O momento destinado ao terceiro período de formação da população brasileira, de 1872 a 2000, estabelecido pelos autores apresenta informações sobre como os censos passaram a ser feitos em território brasileiro e dados gerais sobre o crescimento populacional no Brasil, omitindo qualquer informação sobre a participação dos africanos ou afro-descendentes na sociedade brasileira, desta forma deixando um vazio de conhecimento sobre como essas populações que aqui chegaram na condição de escravos e seus descendentes continuaram a contribuir para o crescimento socioeconômico e cultural do Brasil.

Deve-se destacar, ainda, que o manual “*Geografia geral*” apresentou uma abordagem mais ampla em relação ao manual “*Geografia: pesquisa e ação*”, porém ambos trazem uma abordagem permeada de aspectos negativos sobre a África e suas populações ao longo de seus conteúdos.

TABELA 5: Categoria cultural		
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2000)	GEOGRAFIA GERAL
Avanço islâmico	0	5
Berço da humanidade	3	0
Diversidade étnica	2	2
Diversidade lingüística	0	2
Diversidade religiosa	3	1
Grandes civilizações da antiguidade	0	2
Influência francesa	2	0
Influência em ritmos musicais	4	0
Tradições dos pigmeus	0	1

Na categoria cultural encontram-se poucos elementos apresentados no decorrer dos conteúdos dos livros analisados. Este fato por si só já caracteriza um aspecto negativo, uma vez que considerando a função de *referencial e ideológica* (Choppin, 2004) deste material.

Porém, deve-se ainda destacar que o continente africano é apontado como berço da humanidade, mas em nenhum momento são destacadas as grandes civilizações africanas no decorrer da história, e muito menos em quais contextos estas se encontram em relação a outras. Desta forma contribuindo para a construção de um conhecimento fragmentado sobre a África.

Ainda nessa perspectiva é apresentado o avanço islâmico no Norte do continente africano como um fator de aculturação dos povos que vivem nesta região da África.

Sobre os aspectos positivos apresentados pôde-se verificar que, de modo geral, as diversidades étnica, lingüística e religiosa. No manual *“Geografia Geral”*, os autores destacam no tópico *“Etnias e religiões”* dois grandes grupos étnicos na África, de acordo com os autores:

Cerca de 70% da população do continente pertence à etnia negra e se concentra ao sul do deserto do Saara, área por isso denominada África Negra. Considerando, entre outros fatores, o tronco lingüístico, identificamos na região dois grandes grupos étnicos: os bantos concentrados na África central e meridional e abrangendo mais de 250 dialetos, e os sudaneses, concentrados na África ocidental e abrangendo mais de quatrocentos dialetos. Entre as minorias étnicas presentes na África Negra, destacam-se os nilóticos, no alto curso do Rio Nilo, os hotentotes e bosquímanos, junto ao deserto do Calaari, e os pigmeus, no domínio da floresta do Congo.

Os brancos perfazem cerca de 30% da população do continente e se concentram na África do Norte – a chamada África Branca. Os grupos étnicos dominantes na região são os semitas, árabes e egípcios, e os camitas, caso dos berberes. (GARCIA; GARAVELLO, 200, p.350).

O conteúdo é acompanhado por um mapa indicando a localização das principais etnias presentes na África, além de fotografias. Deve-se destacar, ainda, a referência feita as tradições dos pigmeus, no texto complementar do livro didático de Hélio Carlos Garcia e Tito Marcio Garavello.

Outro aspecto positivo destacado são as contribuições das matrizes musicas africanas na composição de gêneros musicais como o jazz, o blues e o rock. Nesse sentido os autores do manual “*Geografia: pesquisa e ação*” citam no tópico “*Juventude, música e protesto*”, do capítulo 20 as diversas contribuições das matrizes musicais africanas no jazz e no blues segundo os autores:

As bases do *jazz* estão no *blues*, criado por negros no campo, e no *ragtime*, outro gênero urbano, que combina elementos da música clássica com matrizes africanas. Os primeiros músicos de jazz eram os *créoles*, também chamados de *gens de couleur*, escravos libertos que viviam em Nova Orleans. Os *créoles* repassaram o estilo para pessoas negras mais simples, que conferiram um caráter popular ao *jazz*. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.258).

Os autores apontam essa produção cultural como uma busca de identidade dos diferentes grupos no espaço mundial .

As obras de modo geral apresentam um perfil muito reduzido sobre o contexto cultural da África e suas populações, desta maneira tornando a

construção do conhecimento sobre as culturas afro e suas contribuições lacunar e pontual.

TABELA 6: Categoria elementos físicos		
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2000)	GEOGRAFIA GERAL
Alto potencial hidráulico (África Central)	0	1
Atlas	1	0
Chuva ácida	1	0
Diversidade biológica	1	0
Diversidade climática	0	4
Diversidade hidrográfica	0	7
Diversidade paisagística	1	5
Desertificação	2	0
Escassez de água	1	0
Grande extensão territorial	0	3
Litoral pouco recortado	0	2
Nilo	2	2
Predomínio de planaltos e maciços	1	0
Reservas minerais	0	3
Seca	0	2

Após a leitura da tabela 6 pôde-se verificar que os elementos apresentados pouco se referem aos aspectos positivos ou negativos, uma vez que tem por objetivos apresentarem uma descrição do meio natural africano.

No livro *“Geografia Geral”* o capítulo destinado a África é iniciado com uma ampla descrição da área do continente, seus pontos extremos e também a faixa climática na qual se encontra, segundo os autores:

A África possui uma área de 30.272.922 Km², o que representa cerca de 20,3% das terras emersas do globo, e faz parte, juntamente com a Ásia e a Europa, do denominado Velho Mundo. Cerca de 8.000 km separam o seus extremos norte (cabo Branco, na Tunísia – 37°21' N) e sul (cabo da Agulha, na África do Sul – 34°51' S). Os seus extremos leste (cabo de Hafun, na Somália – 51°28' L) e o oeste (cabo Verde, no Senegal – 17°32' O) estão distante cerca de 7.560 km.

A África é cortada em sua porção central pelo Equador, apresentando, portanto, terras no Hemisfério norte e sul. O continente é atravessado ao norte pelo trópico de Câncer e ao sul, pelo trópico de Capricórnio, tendo então a maior parte do território dentro da faixa climática intertropical. O meridiano inicial, ou de Greenwich, corta o continente na extremidade oeste, fazendo com que a maior parte da África se situe no hemisfério oriental. (GARCIA; GARAVELLO, 200, p.321).

Na mesma página encontra-se um mapa mundi indicando a posição geográfica da África e, também fotos de paisagens africanas. Neste manual os autores abordam as características do litoral, relevo, clima, da vegetação e da hidrografia do continente ao longo de oito páginas, sendo todas elas acompanhadas por elementos iconográficos.

O manual *“Geografia: pesquisa e ação”* não apresenta um tópico específico sobre os aspectos físicos da África, desta forma, os mesmos são abordados no decorrer dos conteúdos.

Para efeito de análise consideramos aspectos negativos elementos resultantes das ações antrópicas. Nessa perspectiva deve-se destacar a chuva ácida que ocorrem em algumas regiões do continente, marcadamente na África do Sul e Nigéria, em decorrência da queima de combustíveis de origem fóssil.

Além dos problemas da seca e da desertificação, resultantes de atividades primárias que acabam por degradar o meio ambiente e acarretar dificuldades aos indivíduos, como a escassez de água em algumas regiões.

No que tange aos aspectos positivos foi apresentada a grande extensão territorial da África que acabou possibilitando a existência de uma grande diversidade paisagística e biológica, com destaque para o alto potencial hidráulico da região central do continente africano e, também, a importância do rio Nilo no desenvolvimento das sociedades e das atividades humanas as suas margens.

A apresentação dos elementos físicos nos livros didáticos selecionados oferece uma abordagem satisfatória sobre o perfil natural existente na África.

1.2 - Segundo Momento: 2004 a 2010

TABELA 7: CATEGORIA POLÍTICA				
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2005)	GEOGRAFIA: Geografia Geral e do Brasil	GEOGRAFIA: Geografia Geral E Do Brasil V	GEOGRAFIA: Espaço E Vivência
Armamento de destruição em massa	0	0	2	0
Avanço socialista	0	0	1	0
Colonização	27	15	17	8
Conferências internacionais	7	2	1	2
Conflitos	40	14	10	1
Conselho de segurança da ONU	0	0	1	0
Descolonização	6	3	4	4
Escravidão	13	2	4	4
Fragmentação política	10	0	0	0
Genocídio	0	0	4	0
Interesses estrangeiros	2	2	0	0
Nepotismo	0	0	1	0
Políticas de segregação	28	2	8	0
Potências regionais	8	0	0	0
Processo democrático recente	18	0	1	0
Refugiados	2	2	0	0
Regime islâmico	10	0	0	0
Terrorismo	2	0	1	0
Tratados de paz	4	1	0	0

Verificando a tabela 7 se pôde constatar inicialmente que os aspectos negativos do contexto político africano, ainda, têm mais destaque nos

conteúdos de Geografia em relação aos aspectos positivos, tendo em vista que os primeiros aparecem na proporção de dois para um, frente aos segundos.

Os aspectos políticos negativos apresentados, de modo geral, referem-se à colonização europeia sobre o povo e o território africano; os conflitos; a escravidão e; as políticas de segregação disseminadas ao longo de muitos anos em algumas regiões da África. Nessa perspectiva outros termos também ganharam destaque como: os genocídios ocorridos em alguns países africanos e, também o grande número de refugiados em decorrência dos conflitos étnicos deflagrados em diversas localidades africanas.

Encontram-se apresentados, também, alguns aspectos positivos sobre o contexto político africano. Porém, são necessárias algumas colocações sobre cada obra selecionada nesta pesquisa para melhor explicitá-los.

O livro *Geografia: pesquisa e ação* de autoria de Ângela Krajewski; Raul Guimarães; e Wagner Ribeiro é o que se apresenta com a abordagem mais diferenciada entre as obras, mesmo apresentando uma grande quantidade de termos relacionados aos aspectos políticos negativos presentes na África. Neste manual os aspectos positivos do contexto político africano como: o espaço que a África tem ocupado em conferências internacionais nos últimos anos; a ascensão de alguns países africanos como potências regionais e; o recente processo democrático em andamento nesse continente; aparecem com mais frequência. Porém, deve-se destacar no tópico “*Conflitos étnicos*”, do capítulo 14 a explanação feita logo no início do tópico sobre quem eram os escravos, segundo os autores:

Quando nós, brasileiros, pensamos em escravidão, temos em mente a figura do negro com vestes rústicas, trabalhando sobre a chibata. Encontramos essa imagem estereotipada do escravo africano em gravuras de livros infantis e até em novelas de época apresentadas na TV. Mas será que a figura do escravo foi sempre assim? Quem era o escravo na Roma Antiga? E na Grécia? Se estudarmos um pouco de História Antiga, veremos que, nas civilizações clássicas, os escravizados eram os povos conquistados.

Não era a cor da pele que definia a escravidão, mas o domínio de um povo sobre o outro. As sociedades escravistas valiam-se da supremacia de seus exércitos para garantir suas conquistas. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2005, p.168)

Esta explanação sobre a condição de escravização em muito contribui para o rompimento da imagem de que todo escravo tinha origem africana e, portanto, é de grande valor para a formação cultural dos alunos. Além disso, este livro é o que mais apresenta conteúdos relacionados ao continente africano e suas populações dentre os selecionados.

No manual “*Geografia: geografia geral e do Brasil*” de Elian Alabi Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Cláudio Mendonça pôde-se verificar uma abordagem que, notadamente, favoreceu aos aspectos negativos do contexto político africano, dentre eles destaca-se o tópico “*Os conflitos africanos*” do capítulo 17, na página 238. Neste tópico os autores explicam as causas dos conflitos étnicos deflagrados no continente, segundo os autores:

Na África, os conflitos étnicos são resultado da partilha do continente feita, no final do século XIX, pelos colonizadores europeus, os quais lhe impuseram “fronteiras artificiais”. Grande parte dessas fronteiras foi mantida após o processo de independência dos países africanos. São chamadas “artificiais” pelo fato de diversas nações ou tribos, muitas vezes rivais, terem sido “aglutinadas” num mesmo território colonial, enquanto grupos de uma mesma etnia ou de convivência pacífica foram separados. Assim, após a Segunda Guerra Mundial, inúmeros conflitos étnicos pela disputa de poder surgiram no interior dos novos Estados africanos que alcançaram sua independência. (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.238).

Deve-se destacar, ainda, a grande ausência deste continente ao longo dos conteúdos deste manual didático.

A obra de José William Vesentini – *Geografia: geografia geral e do Brasil* – apresenta, também, uma ampla abordagem sobre a África. Porém, é dada ênfase no processo de colonização e aos problemas decorrentes do mesmo. No tópico “*O exemplo da África*”, do capítulo 6, o autor cita alguns problemas decorrentes do processo de colonização na África, segundo Vesentini:

A partir do século XIX, as potências européias começaram a dividir entre si as terras desse continente, e a demarcação de fronteiras não levou em conta os interesses dos povos africanos. Famílias ou povos com a mesma língua foram separados por fronteiras, e povos com idiomas e costumes diferentes, às vezes até inimigos tradicionais, acabaram ficando no mesmo território, sujeitos a leis comuns, impostas pelo colonizador. Essa é a origem de alguns dos grandes

problemas que os países da África enfrentam até hoje. Raramente uma nação africana possui uma unidade de povo com idioma e costumes comuns. A regra geral é haver um idioma oficial de origem europeia (inglês, francês, português, etc.) e dezenas de ou centenas de dialetos, isto é, idiomas tribais. (VESENTINI, 2005, p.52).

Ainda neste mesmo tópico encontram-se dois mapas. O primeiro mostra a divisão da África no período da colonização europeia, mais especificamente no ano de 1914, e o segundo a divisão do continente africano no ano de 2005.

Na obra *“Geografia: Espaço e Vivência”* verificou-se que os aspectos políticos do continente africano e suas populações são pouco abordados nos conteúdos. Porém, pôde-se encontrar algumas citações pontuais sobre a condição política africana. No tópico *“As origens históricas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento”*, no capítulo 11 da obra, os autores buscam explicitar as razões para o subdesenvolvimento de alguns países, segundo os autores:

Tabela 8: CATEGORIA ECONÔMICA				
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2005)	GEOGRAFIA: Geografia Geral e do Brasil	GEOGRAFIA: Geografia Geral E Do Brasil V	GEOGRAFIA: Espaço E Vivência
Concentração fundiária	0	1	0	1
Concentração de renda	5	0	0	0
Desenvolvimento industrial	3	2	0	0
Economias baseadas no setor primário	13	4	11	11
Economias frágeis	0	1	16	0
Economias em ascensão	13	1	0	5
Expansão do turismo	0	0	1	0
Industrialização tardia	0	0	8	4
Inserção no mercado internacional	5	0	7	1
Produtos minerais	5	5	2	3
Rota comercial	2	1	0	1
Subdesenvolvimento	4	5	27	8

(...) durante as fases do capitalismo comercial e industrial, entre os séculos XV e XIX, estabeleceram-se as bases da relação de dominação e de dependência entre as metrópoles européias e suas colônias na América, na África e na Ásia, reveladas espacialmente por meio da divisão internacional do trabalho (DIT). (BOLIGIAN; ALVES, 2004, p.185)

A África é citada pontualmente nos conteúdos de natureza política, assim como na citação acima, e desta forma impossibilitando a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre a real situação política da África na contemporaneidade.

A categoria econômica apresenta a menor variação de termos entre os livros analisados. Nela encontra-se, também, uma pequena discrepância no que tange a proporção entre os aspectos econômicos positivos e negativos do continente africano, assim como no primeiro momento de análise.

Porém, a ocorrência dos termos negativos encontra-se em maior número nas leituras dos conteúdos dos livros didáticos selecionados. Destacam-se os termos que remetem ao subdesenvolvimento do continente africano como a pobreza e, também, a classificação do mesmo entre o terceiro mundo.

Deve-se salientar ainda a recorrente referência à industrialização tardia e a falta de tecnologia empregada na produção que acarretam na dependência das vendas de commodities agrícolas, de origem nos sistemas de plantation para trazer divisas aos países africanos.

A apresentação de um panorama mais positivo é realizada somente no livro *“Geografia: pesquisa e ação”*, onde se percebe que a ocorrência de termos positivos, indicando o presente salto qualitativo que o continente africano vem demonstrando na última década, é mais recorrente. Nesse sentido os autores citam, no capítulo 12, a África do Sul como uma potência regional na página 142. Segundo os autores:

A África do Sul ocupa uma posição estratégica no sul do continente africano, como eixo de passagem entre os oceanos Atlântico e Índico. Além disso, possui muitos recursos naturais, especialmente ouro, pedras preciosas e minerais. Porém, sua inserção como potência regional define-se mais pela sua liderança no continente, reforçada pela formação da União Africana em julho de 2002. Essa nova organização é uma

iniciativa para estimular o desenvolvimento e combater a pobreza no continente.

A experiência democrática da África do Sul e o vigoroso crescimento econômico na última década começam a exercer forte influência sobre o continente, especialmente na África Subsaariana. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2005, p.142).

As outras três obras selecionadas apresentam, de modo geral, uma perspectiva muito pessimista sobre a realidade econômica do continente africano, que não reflete a atual atenção dispensada às economias deste continente nos últimos anos.

Nessa perspectiva as obras *Geografia: Geografia geral e do Brasil* e, também, *Geografia: Espaço e vivência* destacam o sistema de plantation desenvolvido desde o período neocolonial. No livro *Geografia: espaço e vivência* os autores citam no tópico: “*A agricultura comercial tropical: plantation*” do capítulo 9 na página 185, exemplificando algumas causas do sistema de plantations que segundo os autores:

(...) persiste nos dias de hoje nos países tropicais subdesenvolvidos da América do Sul e da América Central (com cultivo de cana-de-açúcar, café, cacau e frutas), da África (como cultivo de café, cana-de-açúcar, amendoim, algodão, chá, cacau e frutas) e da Ásia (como cultivo de chá, cana-de-açúcar, algodão, fumo, borracha e frutas) praticamente com as mesmas características dos séculos passados: produção em larga escala de gêneros tropicais em grandes propriedades rurais; emprego de mão-de-obra barata e, em alguns lugares, escrava; cultivo de produtos destinados ao abastecimento do mercado consumidor dos países desenvolvidos, especialmente os da Europa. (BOLIGIAN; ALVES, 2004, p.185).

Na obra “*Geografia: Geografia Geral e do Brasil*”, de autoria de Vesentini, pôde-se verificar o destaque dado a pobreza existente na África e, conseqüentemente sua colocação no Terceiro Mundo. No tópico “*Terceiro Mundo*” do capítulo 5 da obra o autor exemplifica a classificação dos países de economias mais frágeis da seguinte maneira:

Algumas vezes se usa também o termo *Quarto Mundo* para se referir a parte mais pobre do Terceiro Mundo, aos países onde os índices de pobreza são os maiores do mundo, especialmente aqueles da África subsaariana e também alguns países do Sul da Ásia. Essa noção de Quarto Mundo, contudo,

não teve grande aceitação e é muito pouco utilizada, a não ser em alguns jornais e revistas. (VESENTINI, 2005, p.52).

A partir destes exemplos pôde-se verificar que o modo como a África é apresentada nos livros selecionados acabam por contribuir para a perpetuação do estereótipo de que a África vive uma eterna tragédia econômica e, que esta, está muito distante de ser sanada, quando na realidade se verifica uma ascensão econômica de diversos países africanos nos últimos anos.

TABELA 9: CATEGORIA SOCIAL				
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2005)	GEOGRAFIA: Geografia Geral e do Brasil	GEOGRAFIA: Geografia Geral E Do Brasil V	GEOGRAFIA: Espaço E Vivência
Acentuadas desigualdades sociais	6	0	2	1
Alta taxa de fertilidade	0	0	0	1
Alta taxa de mortalidade	0	0	5	0
Alta taxa de natalidade	0	0	1	0
Baixo IDH	0	0	1	0
Composição da população brasileira	6	1	0	0
Concentração populacional	3	0	0	0
Crescimento demográfico	2	1	3	0
Crescente urbanização	3	0	2	0
Desemprego	0	0	1	0
Epidemias	2	0	6	0
Falta de infraestrutura	0	3	4	1
Fome	2	4	3	0
Fragmentação social	9	1	8	0
Majoria da população negra	1	0	0	0
Megacidades	0	0	0	1
Migrações	3	7	5	3
Multirracialidade	1	0	0	0
Patriarcalismo	0	0	2	0
População predominantemente rural	1	1	3	0
Precário sistema de ensino	0	0	4	0
Sociedades tribais	0	0	4	0

Nesta categoria de análise se encontra um panorama da organização das populações africanas, presentes nos conteúdos dos manuais analisados. Pode-se verificar que é na categoria social onde se encontram, proporcionalmente, o menor número de termos que apontam os aspectos positivos do contexto africano, assim como nos livros que compõem o primeiro momento da análise.

Pôde-se verificar também que é nesta categoria onde os termos se apresentam de maneira mais fragmentada, fato que tornou a sistematização dos dados coletados mais complexa e conseqüentemente menos eficiente.

Os termos mais recorrentes são os que indicam as acentuadas diferenças sociais presentes nas sociedades africanas; a grande fragmentação social resultante da herança colonial; o grave problema da fome que assola alguns países do continente, na maioria das vezes essa idéia vem reforçada com variada iconografia, e; as migrações constantes das populações sejam estas internas, ou para outros continentes, sendo o caso mais comum o da Europa, na busca de melhorias socioeconômicas e, também, a fuga dos problemas acima elencados.

Outros elementos de destaque nos conteúdos referem-se ao crescimento urbano desordenado e suas conseqüências como falta de infraestrutura, o surgimento das Megacidades no continente africano, como é o caso de Lagos, na Nigéria; o desemprego; as precárias condições do sistema educacional presente na África e; as epidemias, com notado destaque dado para a Aids.

Na obra *“Geografia: pesquisa e ação”* se encontra uma abordagem mais positiva sobre o continente destacando a ligação existente o Brasil e a África, no que tange a composição da população brasileira com a participação dos africanos que aqui chegavam na condição de escravos mas posteriormente se organizavam no quilombos e, também, a existência de da multirracialidade presente no continente. No tópico *“Movimentos sociais no campo no Brasil”*, no capítulo 29 da obra, os autores destacam a organização dos quilombos e sua representatividade na luta contra a segregação racial em terras brasileiras, segundo os autores:

Os escravos negros também resistiram à sua situação. Muitos deles conseguiram fugir e fundaram os quilombos, organizações sociais distintas de tudo que havia no Brasil da época. Nesses lugares, afastados da dominação portuguesa, buscaram organizar outra ordem de relações sociais, onde pudessem retomar seus costumes e viver em liberdade. Geralmente os quilombos ficavam em áreas de difícil acesso – como serras ou beira de rios a montante de cachoeiras – que dificultassem a chegada de seus perseguidores. O maior e mais conhecido quilombo no Brasil foi o de Palmares, na Serra da Barriga, atual município de União dos Palmares (AL). Nele viveu Zumbi dos Palmares, a mais expressiva liderança negra contra a escravidão. Zumbi foi escolhido pelo movimento negro do Brasil como o símbolo da luta contra a segregação racial. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2005, p.338-339).

Os autores continuam discorrendo sobre miscigenação entre africanos, indígenas e europeus na composição da população brasileira, e também apresentam um mapa que traz algumas comunidades remanescentes de quilombos pelo Brasil.

No livro didático de José William Vesentini, dentre os analisados, é o que apresentou a abordagem mais ampla sobre o continente africano, oferecendo os dados sobre a natalidade, mortalidade, IDH acompanhados por uma iconografia significativa no sentido de completar as informações. Dentre outros o autor cita no capítulo 19, mais especificamente no tópico “*As disparidades tendem a aumentar*”, as acentuadas desigualdades sociais entre as nações do “Norte” e as do “Sul”. Segundo o autor:

Essas desigualdades – em renda per capita, padrão de vida, consumo, etc. – tendem a aumentar, especialmente aquela que opõe o Primeiro Mundo às nações mais pobres do globo, aquelas do chamado “Quarto Mundo” (os países com baixos IDHs, principalmente a imensa maioria das economias da África Subsaariana e vários Estados do Sul e do sudeste da Ásia). Elas vêm aumentando desde a década de 1980 e, ao que parece, continuam a se agravar mais ainda nesta primeira década do século XXI. (VESENTINI, 2005, p.185).

Neste mesmo tópico o autor apresenta uma tabela com dados sobre os rendimentos de três países africanos (Uganda, Sudão e Tanzânia) e os compara com o rendimento dos Estados Unidos da América. Além desse elemento informativo no sentido quantitativo, o autor ainda se utiliza de duas

fotos, a primeira de uma praça em Paris e a segunda um bairro do da capital do Quênia para explicitar a enorme disparidade no que tange aos aspectos sociais entre as nações do chamado “Norte” em relação ao “Sul”.

O Manual “*Geografia: Geografia Geral e do Brasil*”, de autoria de Elian Alabi Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Claudio Mendonça, não apresenta uma abordagem muito ampla sobre os aspectos sociais da África, porém os autores destacam o fenômeno da fome pelo continente africano. No tópico “*A questão agrícola na África*” do capítulo 10, os autores apontam a região mais assolada pela fome na África, segundo os autores:

As comunidades que habitam o Sahel, região que se estende ao sul do Deserto do Saara, na África são as mais atingidas pelas tragédias de subalimentação. A ajuda internacional, com doações de alimentos, evita uma mortandade ainda maior e ameniza o sofrimento dos povos dessa região. Mas pouco tem sido feito para ajudar esses povos a adquirir e garantir sua própria sobrevivência. (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.128).

O manual “*Geografia: espaço e vivência*” dentre os livros analisados é o que apresenta o contexto social da África de maneira mais lacunar. Em seu conteúdo encontram-se considerações pontuais sobre os aspectos sociais da África e suas populações, sendo que o maior destaque é dado às migrações internas e externas que ocorrem no continente. porém as populações africanas são citadas em textos complementares que acompanham o conteúdo presente no livro.

TABELA 10: CATEGORIA CULTURAL				
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2005)	GEOGRAFIA: Geografia Geral e do Brasil	GEOGRAFIA: Geografia Geral E Do Brasil V	GEOGRAFIA: Espaço E Vivência
Aculturação	0	0	3	1
Avanço da cultura islâmica	2	2	8	0
Berço da humanidade	2	0	0	0
Civilizações negro- africanas	0	0	4	0
Conhecimento cartográfico	6	0	0	1
Diversidade étnica	1	3	0	0
Diversidade cultural	0	0	3	0
Diversidade linguística	5	0	3	0
Diversidade religiosa	2	0	1	1
Grandes civilizações da antiguidade	0	1	6	0
Influência francesa	1	0	0	0
Influência em ritmos musicais	3	0	0	0
Intercambio cultural	0	1	0	0
Padrões tecnológicos	0	0	0	1
Patrimônio cultural	0	0	1	0

A categoria cultural apresenta, de modo geral, um grande número de elementos culturais positivos, no que tange aos aspectos negativos estes se encontram colocados de formas mais sutis ao longo dos conteúdos dos livros didáticos. Deve-se salientar também, que em relação aos livros que constituem

o primeiro momento da análise, estes apresentam um volume maior de termos relacionados ao contexto cultural do continente africano.

O continente africano, assim como nos livros que compõem o primeiro momento da análise, é apresentado como o berço da humanidade, local de grandes civilizações da antiguidade, porém, suas especificidades, como a organização social, econômica e política, não são explicitadas. Desta forma apresenta-se apenas uma idéia fora de contexto, da qual resulta o grande espanto dos alunos quando sabem que a civilização egípcia se localizava no norte da África.

Ainda sobre esse aspecto pôde-se verificar que essa concepção de grandes civilizações africanas é apresentada de maneira extremamente pontual, uma vez que ela se limita ao Egito e Cartago durante a antiguidade. Desta forma omitindo todas as outras grandes sociedades africanas e suas inter-relações em outros momentos da História.

Sobre os aspectos positivos verificou-se que de maneira geral eles apresentam as diversidades étnicas, lingüísticas e religiosas, assim como, as contribuições culturais africanas na cultura e, notadamente, na música de outras sociedades, como é o caso das americanas. Deve-se salientar, ainda, o destaque dado pelos autores do manual *“Geografia: pesquisa e ação”*, já no primeiro capítulo, em relação aos conhecimentos cartográficos desenvolvidos na antiguidade e que foram preservados graças ao trabalho do egípcio Cláudio Ptolomeu, que compilou uma grandiosa obra denominada a *“Geografia”*. Segundo os autores:

Os conhecimentos cartográficos dos gregos antigos foram a base do desenvolvimento da moderna Cartografia. O legado dos gregos chegou aos nossos dias através da obra do egípcio Cláudio Ptolomeu, de Alexandria (90-169 d.C.). Reunida em oito volumes, a *Geografia* de Ptolomeu foi traduzida para o latim e depois impressa, em 1475, impulsionando a Cartografia na Europa. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2005, p.11).

O livro *“Geografia: geografia geral e do Brasil”* de José William Vesentini, apresenta uma abordagem mais ampla, assim como a obra elencada anteriormente. No tópico *“Civilizações negro-africanas”*, no capítulo 33,

Vesentini cita o avanço do islamismo na África como um elemento que vem causando uma crise cultural no continente africano, Segundo o autor:

As culturas negro-africanas, na realidade, encontram-se em crise. Por um lado, elas ainda sofrem os efeitos da longa dominação ocidental, que recortou arbitrariamente o mapa político do continente e continua até hoje a provocar fortes mudanças (urbanização acelerada em todas as cidades, industrialização em algumas áreas, novos valores e hábitos gerados pela publicidade ou pela globalização, etc.). E, por outro lado, são ameaçadas pela recente expansão do islamismo, que vem do Oriente Médio e do norte da África e, freqüentemente conquista novos adeptos no centro e até no sul do continente. (VESENTINI, 2005, p.315).

Os manuais “*Geografia: geografia geral e do Brasil*” e “*Geografia: espaço e vivência*” apresentaram as abordagens mais lacunares. No primeiro livro os autores destacam pontualmente o avanço do islamismo no continente africano e, também, a diversidade étnica existente na África. No tópico “*Imperialismo e disputas geográficas*”, do primeiro capítulo os autores citam essa grande diversidade étnica e sua conseqüência no fenômeno do neocolonialismo. Segundo os autores:

A África foi o continente mais marcado pela ocupação imperialista. Seu território foi dividido conforme os interesses das potências européias nos recursos naturais, sem que fossem respeitados os espaços comunitários e as diferenças culturais entre os grupos étnicos desse continente. Com isso, no processo de dominação, grupos aliados foram separados enquanto grupos étnicos inimigos foram agrupados num mesmo território. Vários conflitos da África atual devem-se, em boa parte, a esse processo de ocupação imperialista que, iniciado no final do século XIX, só teria fim na segunda metade do século XX. (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.12).

O segundo manual destacado é o que menos abordou a temática africana, no contexto cultural deste continente, em seus conteúdos. Os autores citam o fenômeno da aculturação que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo e sua influência sobre uma população africana. Segundo os autores:

Com o declínio do mundo socialista, sobretudo após o final da União Soviética, a maioria das sociedades passou a ser organizada de acordo com a lógica do sistema capitalista.

Mesmo as chamadas sociedades tradicionais (indígenas americanos, berberes e pigmeus africanos, aborígenes australianos, etc.), que até algumas décadas atrás viam de maneira isolada, vêm sendo influenciadas pelas tecnologias e pelos costumes da sociedade de consumo. (BOLIGIAN; ALVES, 2004, p.306).

TABELA 11: CATEGORIA ELEMENTOS FÍSICOS

	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2005)	GEOGRAFIA: Geografia Geral e do Brasil	GEOGRAFIA: Geografia Geral E Do Brasil V	GEOGRAFIA: Espaço E Vivência
Atlas	0	0	2	0
Diversidade biológica	4	0	2	1
Diversidade climática	0	0	5	1
Diversidade paisagística	7	7	9	2
Degradação ambiental	0	0	8	3
Disponibilidade de água na África central	0	0	0	2
Desertificação	0	2	8	0
Escassez de água	0	2	0	0
Nilo	1	2	2	1
Perda de solo	0	0	2	0
Placa tectônica africana	2	0	1	0
Predomínio de planaltos e maciços	1	0	0	0
Reservas minerais	3	1	0	0
Seca	3	2	1	1
Solo de pradaria	1	0	0	0

De modo geral, pôde-se verificar que os aspectos culturais africanos apresentados nos livros didáticos selecionados apontam para um cenário

negativo, uma vez que em sua maioria apresentam a África e suas populações em uma crise cultural que acaba por contribuir para a fragmentação dessas populações. Quando deveriam apresentar a grande diversidade cultural existente entre os povos africanos de modo a explicitar suas contribuições e influências na cultura brasileira.

Nesta categoria os elementos apresentados oferecem um perfil do quadro natural do continente africano e, portanto, pouco se referem a aspectos positivos ou negativos. Deve-se salientar, também, que a quantidade de termos elencados não sofreu alterações em relação à tabela, referente às obras do primeiro momento da análise.

Desta forma, foram considerados aspectos negativos os problemas ambientais, que em certo grau são decorrentes de atividades humanas, como a degradação ambiental e o processo de desertificação resultante dela em alguns locais do continente africano, como cita em seu manual Vesentini:

Um processo que vem ocorrendo há algum tempo em certas áreas vizinhas a desertos – notadamente no centro da África (ao sul do Saara), ou em áreas semi-áridas, como o sertão nordestino, no Brasil, além de outras – é a desertificação. Por esse processo ocorre um crescente ressecamento nessas áreas, porque a quantidade de água perdida por evaporação ou por escoamento é superior àquela fornecida pelas precipitações.

Embora possa ser provocada por causas naturais, a desertificação atual é resultado principalmente da ação humana, que destrói a vegetação original – às vezes por meio de grandes queimadas -, introduzindo plantas rasteiras que não protegem o solo da ação erosiva. (VESENTINI, 2005, p.366).

Ainda nessa perspectiva deve-se salientar a perda de solos agricultáveis, que acaba por reforçar o problema da fome em determinadas áreas da África.

Outros problemas como a seca e a escassez de água causa transtornos as populações, no que tange ao desenvolvimento de atividades primárias ou até, mesmo para consumo diário próprio.

Os aspectos positivos apresentam, de modo geral, a grande diversidade paisagística e biológica presentes no continente africano, com destaque para o

bioma de savana. Segundo os autores do manual *“Geografia: pesquisa e ação”*:

A savana está distribuída em vastas áreas do continente africano, no norte da Austrália, na Índia e na América do Sul. No Brasil é conhecida como cerrado. Nos campos de savana da África é comum encontrar animais herbívoros de grande porte, como elefantes, girafas, antílopes e zebras, e carnívoros, como leões. Uma das características da vegetação de savana é seu aspecto seco e com galhos tortuosos. São freqüentes os incêndios em épocas secas. (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2005, p.56).

O rio Nilo encontra-se em destaque em todos os manuais analisados, como fonte de água que viabiliza o desenvolvimento de varias atividades no noroeste do continente. Nessa perspectiva apresenta-se, também, a disponibilidade de água nos rios da África Central, que de acordo com Alves e Boligian *“são continuamente alimentados pelas águas de seus afluentes”* (BOLIGIAN; ALVES, 2004, p.185). Esta afirmação contribui para desconstruir a imagem de que o continente africano é uma terra completamente constituída por áreas desérticas.

Deve-se salientar, ainda, a presença de diversas reservas minerais como a de diamantes, ouro e, notadamente, petróleo, constituindo-se em uma região considerada entre as principais reservas do mundo e que, se constitui em área de atração e de outras nações do globo. Segundo Lucci, Branco e Mendonça:

As principais reservas mundiais de petróleo estão concentradas em algumas poucas regiões: Oriente Médio (cerca de 65%), golfo do México, sul dos Estados Unidos, lago de Maracaibo (Venezuela), Sibéria (Rússia), golfo de Bohai (China); na Ásia Central (região do Cáucaso) e na costa ocidental da África. (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.148).

De modo geral as obras analisadas apresentam uma ampla abordagem sobre os aspectos físicos do continente africano.

2 – Conteúdos pedagógicos

A leitura das atividades presentes nos livros didáticos possibilitou a análise dos mesmos em duas perspectivas. A primeira delas refere-se ao tipo de atividade que é mais recorrente nos manuais didáticos analisados, tendo em vista que estas compõem os *procedimentos avaliativos* (Chervel, 1990) das situações de aprendizagem e, também, acabam por consolidar padrões no imaginário de professores e alunos ao longo do tempo. Já a segunda visou verificar a quais contextos estas atividades se encontram relacionadas, tendo em vista a *função ideológica* (Choppin, 2004) que este material exerce.

A terceira e última perspectiva ocupou-se de verificar a relação entre as atividades presentes nos livros didáticos e as questões dos vestibulares, para isso foram considerados três grandes concursos do Estado de São Paulo: Fuvest, Unicamp e Vunesp.

Deve-se salientar que os períodos estabelecidos para análise – anterior à promulgação da Lei Federal 10.639/03 e posterior à promulgação da mesma – também foram considerados nesta etapa da pesquisa.

2.1 – Primeiro Momento: 2000 a 2003

Através do levantamento das questões referentes ao continente africano e suas populações pôde-se traçar um perfil das atividades colocadas aos alunos no decorrer dos conteúdos dos livros didáticos analisados. No que tange ao tipo de exercício foi possível verificar que a proporção entre as atividades retiradas dos concursos de vestibulares, assim como do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e as que não tem sua origem nesses concursos fica próxima à igualdade, porém as segundas constituem uma pequena maioria sobre as primeiras.

Dentre as atividades apresentadas, que foram retiradas de vestibulares e, também do Enem a grande maioria se caracteriza por ser de múltipla escolha. Estas têm sua origem em diversos concursos, sendo os mais recorrentes das instituições públicas de ensino superior. Deve-se salientar

também, que se apresentam no âmbito de todas as categorias utilizadas para a análise dos conteúdos explícitos.

As atividades que não tem sua origem em concursos de vestibular são, assim como as primeiras, em sua maioria de múltipla escolha e apresentam-se, também em todas as categorias de análise utilizadas nesta pesquisa. Cabe ainda destacar a grande discrepância entre a presença de atividades presentes nas duas obras. O manual *“Geografia: pesquisa e ação”* apresentou um pequeno numero de atividades voltadas a temática africana, somando o total de dezenove exercícios, sendo onze oriundos de vestibulares e Enem.

Em contrapartida o manual *“Geografia Geral”* apresentou cento e nove exercícios referentes a temática africana no decorrer de seus conteúdos. Deste total de atividades apenas vinte e três apresentam iconografia, sendo dezenove de provenientes de vestibulares e provas do Enem.

Verificou-se que a grande maioria das atividades apresentadas neste período, aborda todas as categorias de análise em seus aspectos negativos. Desse modo reforçando a concepção estereotipada de que o continente africano sempre se encontrará dependente de outras nações no contexto mundial e, ainda sem boas perspectivas futuras.

Neste momento da análise pôde-se verificar, também, a presença de um grande numero de atividades retiradas de vestibulares públicos. Porém, dentre eles a Fuvest, Vunesp e Unicamp somam apenas quinze questões.

2.2 – Segundo Momento: 2004 a 2010

O levantamento das atividades presentes, referentes ao continente africano e suas populações, presentes nos livros didáticos correspondentes ao segundo momento da análise revelou uma diminuição no número de atividades que abordam a temática africana.

Essa queda, em muito se deve a ausência de Unidades ou capítulos destinados à África e suas populações. O continente africano e suas populações encontram-se diluídos ao longo dos conteúdos dos manuais analisados, quando muito se destina um pequeno tópico aos mesmos. Desta forma os conteúdos pedagógicos acabam seguindo a organização dos

conteúdos explícitos, tendo em vista que os primeiros têm por objetivo promover a apreensão dos conteúdos explícitos.

No que se refere aos tipos de exercícios apresentados, foi possível verificar que a proporção entre as atividades retiradas dos concursos de vestibulares e, também, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e as que não têm sua origem nesses concursos é considerável, diferentemente ao primeiro momento da análise. Neste momento as primeiras superam as segundas na proporção de quatro para três.

A exemplo do primeiro momento da análise, as atividades apresentadas retiradas dos concursos vestibulares e do Enem são em sua maioria do tipo de múltipla escolha. Estas têm sua origem em diversos concursos, sendo os mais recorrentes das instituições públicas de ensino superior. Deve-se destacar, ainda, que os conteúdos pedagógicos também, se apresentam no âmbito de todas as categorias utilizadas para a análise dos conteúdos explícitos.

No que tange as atividades que não são provenientes de concursos vestibulares, estas diferentemente as primeiras, são em grande parte de dissertativas e, também, se apresentam em todas as categorias de análise utilizadas nesta pesquisa.

Destaca-se, ainda, a grande variação da presença de atividades nas obras analisadas nesse momento, sendo o manual *“Geografia: pesquisa e ação”* aquele que apresentou o maior número de atividades voltadas à temática africana, somando um total de trinta e um exercícios, sendo que vinte e cinco são oriundos de concursos vestibulares ou do Enem. No que tange a presença de iconografia, apenas quatorze exercícios apresentaram iconografia, destes 10 apenas quatro não são de vestibulares ou do Enem.

Os manuais *“Geografia: espaço e vivência”* e *“Geografia: geografia geral e do Brasil”* apresentaram um número aproximado de exercícios envolvendo o continente africano, vinte e quatro e vinte respectivamente. O primeiro apresenta onze exercícios de vestibulares e Enem, sendo apenas quatro com iconografia, dos exercícios que não são oriundos dos vestibulares e do Enem nove apresentam iconografia, desta forma somando treze com recursos iconográficos.

No segundo manual citado doze exercícios são dos vestibulares e do Enem, porém apenas cinco dos vinte exercícios apresentam iconografia, sendo

dois deles do Enem e dois de vestibulares. Por fim, no manual *“Geografia: geografia geral e do Brasil”* apresentou, apenas, três exercícios referentes à África no decorrer de seus conteúdos, e em nenhum deles foi apresentado recursos iconográficos.

Assim como no primeiro momento da análise, verificou-se que a grande maioria das atividades apresentadas neste momento, aborda todas as categorias de análise em seus aspectos negativos. Desse modo reforçando a concepção estereotipada sobre o continente e, ainda, indo de encontro as demandas da Lei Federal 10.639/03, fato muito grave tendo em vista que esses livros passaram por uma avaliação para serem aprovados no PNLEM.

Neste momento da análise pôde-se verificar, também, a presença de um grande número de atividades retiradas de vestibulares públicos, dentre eles a Fuvest, Vunesp e Unicamp somam apenas oito questões. Porém notou-se um aumento no número de atividades provenientes de vestibulares das instituições particulares de ensino superior.

Capítulo 3

Iconografia didática sobre a África

A presença de elementos iconográficos tornou-se constante nos livros didáticos nas últimas décadas do século XX, porém a utilização deste recurso no processo de aprendizagem data desde o final do século XIX, segundo Bittencourt:

Existem trabalhos que recuperam, a partir dos manuais escolares do século XIX e início do século XX, o acervo iconográfico que se constituiu no período e o papel que desempenhou na configuração de uma memória histórica incorporada por amplos setores escolares, na medida em que a escolarização atingia a maior parte da população. (BITTENCOURT, 1998, p.74).

Nessa perspectiva Oliveira Junior aponta que:

No campo da Educação, desde Comênio, as imagens aparecem como tendo potência educativa. Nos tempos atuais, elas não mais aparecem apenas como partícipes da criatividade e da eficiência das ações didáticas, mas também, sobretudo, tendo em si mesmas uma dimensão pedagógica, uma potência subjetivadora e de pensamento [...] (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p.18).

No ensino de Geografia o acervo iconográfico ganhou ainda mais destaque, tendo em vista que esta disciplina escolar se utiliza de diversos mapas e, também, de outros recursos cartográficos como gráficos e tabelas, para promover o conhecimento e a compreensão do espaço e das relações sociais que nele são estabelecidas.

Nas últimas décadas do século XX o recurso iconográfico tornou-se, ainda, mais importante nas relações sociais de comunicação e informação entre indivíduos. Esse fenômeno se estendeu, também, as salas de aula e conseqüentemente aos manuais didáticos, que passaram a apresentar uma maior variedade de elementos iconográficos. Para tanto as editoras passaram a investir em profissionais especializados na área iconográfica, segundo Bittencourt:

A diagramação e a paginação do livro são estabelecidas por um profissional especializado e, dessa forma, os caracteres, a dimensão, as cores das ilustrações enfim são decisões de técnicos, de programadores visuais, sendo que o autor, pouco ou nada interfere, na maior parte das vezes, na composição final do livro. A história do livro didático possibilita verificar como os autores foram perdendo o poder sobre as ilustrações de suas obras. Hoje existem especialistas em pesquisa iconográfica contratados pelas editoras para desenvolverem essa parte específica da produção do livro. (BITTENCOURT, 1998, p.77).

Segundo a mesma autora, essas transformações ocorreram para atender a uma demanda mercadológica e acabaram por promover “condicionamentos e limitações impostas pela técnica e pelos custos que devem se associar às necessidades pedagógicas” (Bittencourt, 1998, p.76). Essas mudanças têm por finalidade tornar o manual didático mais atrativo aos olhos dos alunos, tendo em vista que a mídia exerceu e continua exercendo grande influência na formação das novas gerações, através da utilização de recursos áudio visuais.

Tendo em vista a grande inserção de elementos iconográficos nos manuais escolares tornou-se importante verificar qual o conteúdo apresentado nos acervos iconográficos dos manuais didáticos, uma vez que “para além de a imagem ser uma realidade em si mesma, ela nos faz mirar o mundo de maneira como ela o apresenta” (Oliveira Junior, 2009, p.19).

Os livros de Geografia tem se utilizado primordialmente de determinados recursos iconográfico, destacando o uso de fotografias e em menor quantidade de ilustrações e reproduções de quadros e charges. No entanto, é preciso destacar a presença da cartografia, base das representações do espaço desde a Antiguidade e que passaram por um processo de adaptação didática a partir do século XIX.

Considerando o número significativo de imagens fotográficas, para uma análise dessas representações é importante refletir sobre o que nos informa Boris Kossoy. Este autor aponta que na produção fotográfica:

A eleição de um aspecto determinado – isto é, selecionado do real, com seu respectivo tratamento estético -, a preocupação na organização visual dos detalhes que compõem o assunto,

bem como a exploração dos recursos oferecidos pela tecnologia: todos são fatores que influenciarão decisivamente no resultado final e configuram a atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural. (KOSSOY, 1989, p.42-43).

Nessa perspectiva Oliveira Junior, destaca a importância de se “educar o olhar”:

Educar os olhos não é somente fazê-los ver certas coisas, valorar certos temas e cores, mas é, sobretudo, construir um pensamento sobre o que é ver; sobre o que são nossos olhos como instrumentos condutores do ato de conhecer, levando-nos mesmo a acreditar que ver é conhecer o real, é ter esse real diante de nós. (OLIVEIRA JUNIOR, 2009, p.19).

Desta maneira, a análise da iconografia apresentada nos manuais escolares selecionados nesta pesquisa, foi realizada considerando os dois períodos delimitados e, também, três aspectos: o primeiro foi verificar qual a incidência de elementos iconográficos sobre a África nos manuais escolares selecionados, o segundo verificar o direcionamento dado para a leitura das imagens, através de títulos e legendas que acompanham os diferentes elementos iconográficos e por fim, o terceiro, de caráter quantitativo, buscou-se verificar se houve aumento ou diminuição na quantidade de imagens relacionadas à África nos conteúdos dos livros didáticos.

1 - Primeiro Momento: 2000 a 2003

TABELA 12		
	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2000)	GEOGRAFIA GERAL
Mapas	41	27
Fotos	7	32
Tabelas	0	10
Gráficos	0	1
Gravuras	1	4

Inicialmente pôde-se verificar, analisando os dados apresentados na tabela 12, que o livro “Geografia: pesquisa e ação” apresentou um número reduzido de elementos iconográficos sobre a África em relação ao manual “Geografia Geral”, porém deve-se destacar que os elementos iconográficos do segundo manual citado são monocromáticos, condição que pode dificultar a leitura e/ou diferenciação das legendas presentes nos mapas ou até mesmo na visualização dos detalhes das paisagens apresentadas em fotos ao longo do conteúdo.

Ainda neste primeiro momento da pesquisa pôde-se verificar, também, que os mapas foram os elementos iconográficos mais utilizados nos manuais didáticos para ilustrar ou demonstrar os fenômenos, somando sessenta e oito mapas. Deve-se salientar que no manual “Geografia: pesquisa e ação” os mapas que apresentam a África, ou uma localidade específica deste continente foram menos recorrentes ao longo dos conteúdos, em relação aos que apresentaram a África no conjunto dos continentes, em contrapartida no manual “Geografia Geral”, que diferentemente ao primeiro manual citado apresenta um capítulo específico para África, verificou-se uma situação inversa, sendo os mapas que apresentaram a África como foco mais recorrentes em relação aos outros.

Ao analisar o conteúdo dos mapas verificou-se que os aspectos como os conflitos e a partilha do continente, foram os mais recorrentes. Nos dois manuais a temática partilha da África foi destacada nos mapas, porém na obra “Geografia: pesquisa e ação” os autores deram grande destaque para o envolvimento do Egito no conflito entre árabes e israelenses.

Figura 1



(GARCIA; GARAVELLO, 200, p.350).

Figura 2



(KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.51). (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.51).

Figura 3

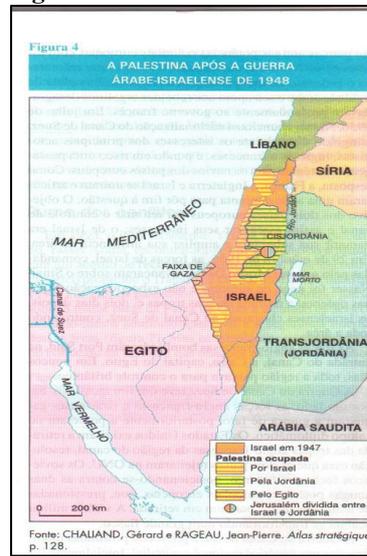


Figura 4

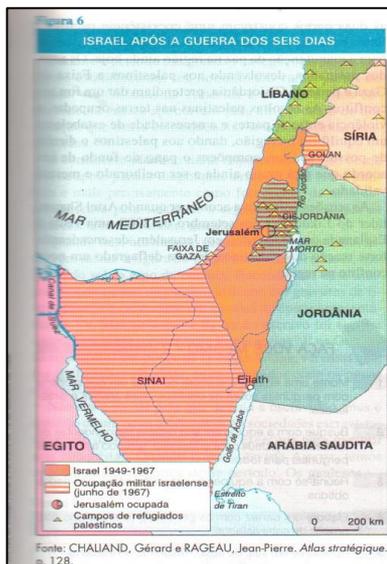
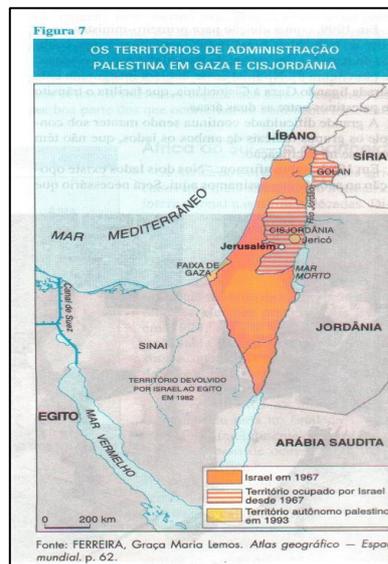


Figura 5



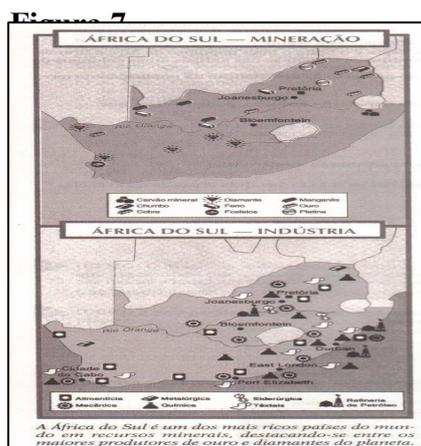
(KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.51) (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.51)

Os mapas dessas duas obras do início do século XXI destacaram aspectos positivos sobre a África e, principalmente, um panorama sobre as condições naturais como clima e vegetação, existentes neste continente.

Figura 6



(KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.187).



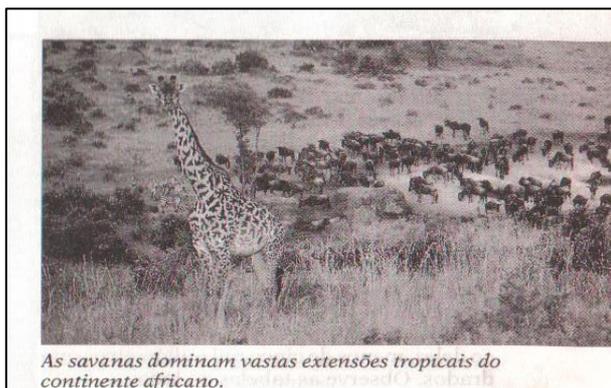
(GARCIA; GARAVELLO, 2000, p.350).

As fotografias utilizadas como recursos pedagógicos nos manuais analisados, perfizeram um total de trinta e nove fotos. O livro “Geografia Geral” apresentou um maior número de fotos como se pode verificar na tabela 12.

Tendo como ponto de partida a foto como produto que representa um fragmento da realidade em um determinado espaço e tempo histórico, que passa por um processo de tratamento estético, como apontou Kossoy (1989), buscou-se verificar quais os aspectos mais destacados nas fotos dos manuais selecionados e, principalmente, qual o conteúdo das legendas das mesmas uma vez que a legenda parece participar da “objetividade” da mensagem imagética quando, na verdade, selecionou alguns de seus aspectos, exatamente aqueles sobre os quais se decidiu falar (Boulos, 2004, p.116).

Nos dois manuais analisados, neste momento da pesquisa, pôde-se verificar que as fotos apresentaram, de maneira geral, dois aspectos. O primeiro relativo à exuberância paisagística da África, destacando a savana e a fauna presente neste bioma.

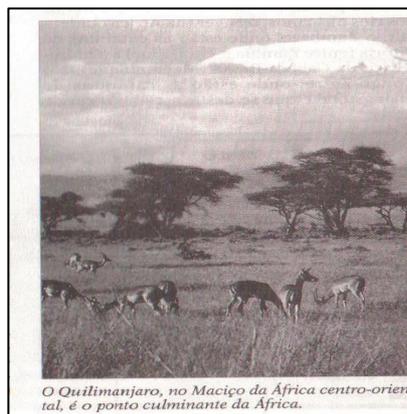
Figura 8



As savanas dominam vastas extensões tropicais do continente africano.

(GARCIA; GARAVELLO, 2000, p.350).

Figura 9



O Quilimanjaro, no Maciço da África centro-oriental, é o ponto culminante da África.

(GARCIA; GARAVELLO, 2000, p.350).

O segundo apresentou os problemas de ordem política, com destaque para os conflitos deflagrados na segunda metade do século XX.

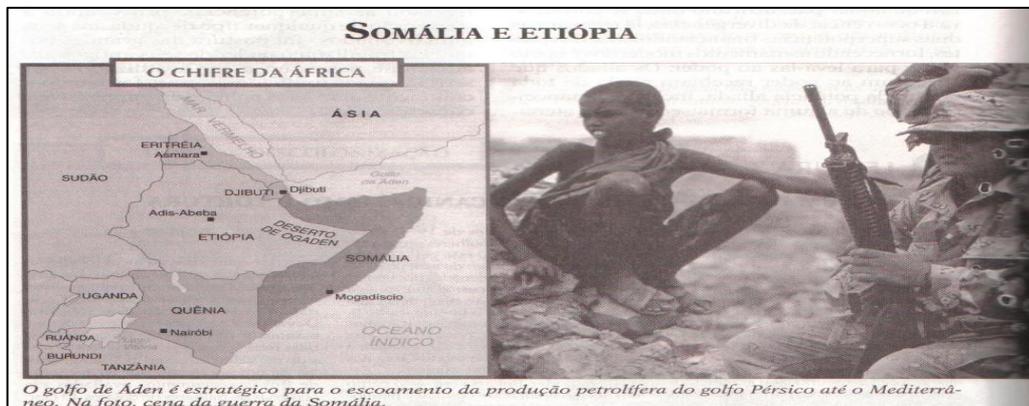
Figura 10



Figura 13 Soldado angolano desativando mina terrestre, em 1998. Andar em Angola é uma ação de alto risco: um pisão em lugar errado pode significar a perda de uma perna.

(KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO, 2000, p.59).

Figura 11



O golfo de Aden é estratégico para o escoamento da produção petrolífera do golfo Pérsico até o Mediterrâneo. Na foto, cena da guerra da Somália.

(GARCIA; GARAVELLO, 2000, p.350).

Deve-se salientar neste momento que as legendas das fotos utilizadas para ilustrar os aspectos naturais do continente africano têm um caráter mais descritivo, enquanto que as fotos que ilustram os problemas políticos e sociais da África são mais ideológicas e, portanto, acabam por reforçar os aspectos negativos abordados nos conteúdos e ressaltados pelas próprias fotos. As fotos, de uma maneira geral, contribuem para reforçar um conhecimento parcial e tendencioso sobre a África e suas populações.

Os outros recursos iconográficos: tabelas, gráficos e gravuras foram pouco utilizados pelos autores dos manuais selecionados. De modo geral apresentaram conteúdos relacionados aos dados estatísticos sobre o aspecto social dos países africanos.

Deve-se salientar que no livro “Geografia Geral” os autores se utilizaram mais desses recursos para colocar em destaque as características dos inúmeros problemas sociais de diversos países da África, reforçando as afirmações dos textos por intermédio de dados matemáticos incontestáveis, como se pode verificar:

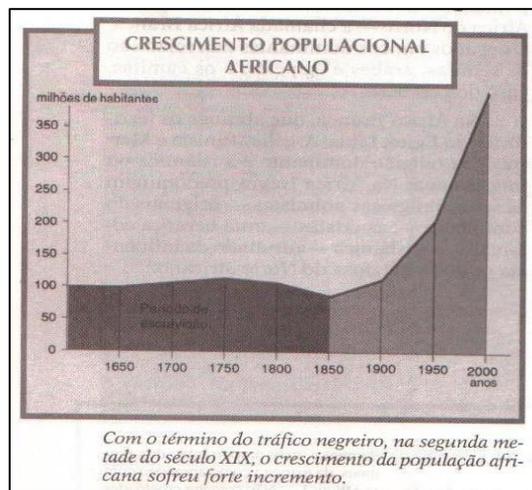
Figura 12

ÁFRICA — As mais altas taxas de mortalidade e estrutura etária			
País	Taxa de mortalidade (%)	Estrutura etária (%)	
		De 0 a 14 anos	Mais de 60 anos
Serra Leoa	22,0	41,1	5,1
Guiné	21,0	46,7	4,4
Somália	20,1	47,0	4,4
Gâmbia	19,5	44,1	4,9
Malavi	21,0	48,1 (*)	4,1 (*)

Almanaque Abril 1995.
(*) Dados do Almanaque Abril 1994.

(GARCIA; GARAVELLO, 2000, p.350).

Figura 13



(GARCIA; GARAVELLO, 2000, p.350).

Desta forma verificou-se que, de modo geral, a iconografia presente nos manuais didáticos analisados, referentes ao período anterior a promulgação da Lei Federal 10.639/03, acabam por reforçar os aspectos negativos da África e suas populações apresentados ao longo dos conteúdos.

2 – Segundo momento: 2004 a 2010

TABELA 13

	GEOGRAFIA: pesquisa e ação (2005)	GEOGRAFIA: Geografia Geral e do Brasil	GEOGRAFIA: Geografia Geral e Do Brasil V	GEOGRAFIA: Espaço e Vivência
Mapas	58	21	51	39
Fotos	12	7	9	7
Tabelas	5	9	20	3
Gráficos	1	4	5	15
Gravuras	0	4	2	8

Ao analisar os dados da tabela 13, referente ao segundo momento delimitado nesta pesquisa, pôde-se verificar que os autores utilizaram uma maior variedade de recursos iconográficos, porém, assim como no primeiro momento, houve uma maior utilização de mapas, somando cento e sessenta e nove no total. Este fato se justifica tendo em vista que a Geografia se ocupa do espaço e das relações nele estabelecidas. É preciso ainda lembrar que as mudanças políticas dos países africanos tem sido constantes mas parece existir uma relativa preocupação dos livros na atualização de tais reconfigurações dos países africanos.

Nesse sentido verificou-se, de maneira geral, que os mapas presentes nos manuais analisados apresentaram a África, na maioria dos casos, no conjunto dos continentes do planisfério no decorrer dos conteúdos, dando pouca ênfase no continente em questão.

Figura 14



No que tange aos conteúdos os mapas, assim como no período anterior à promulgação da Lei Federal 10.639/03 apresentaram os aspectos naturais da África, porém a presença dos fenômenos negativos, relacionados aos problemas políticos e socioeconômicos, presentes no continente africano foram mais recorrentes.

Figura 15

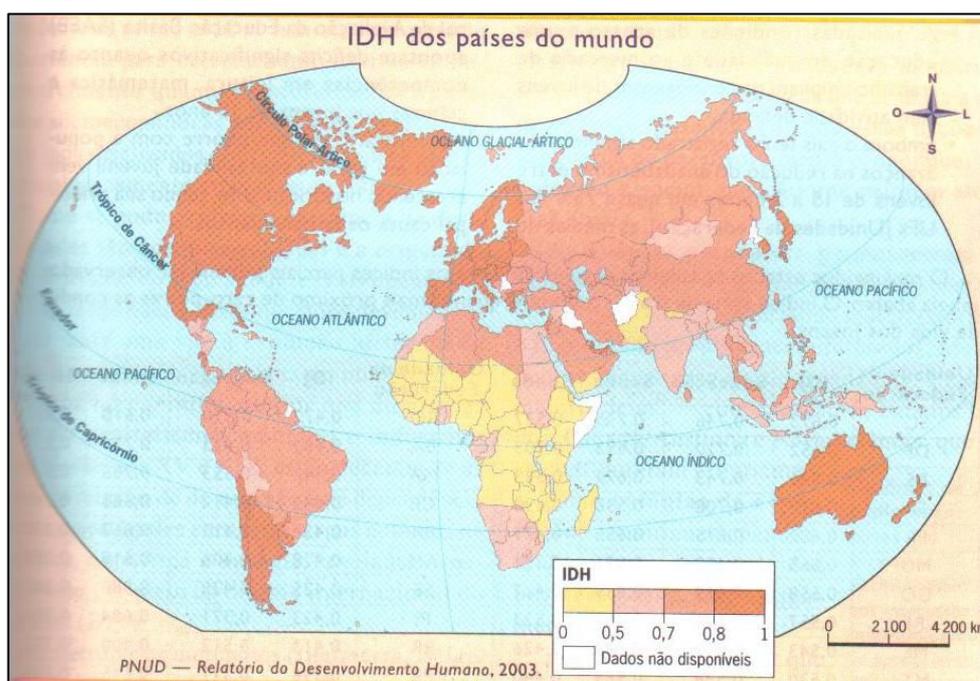
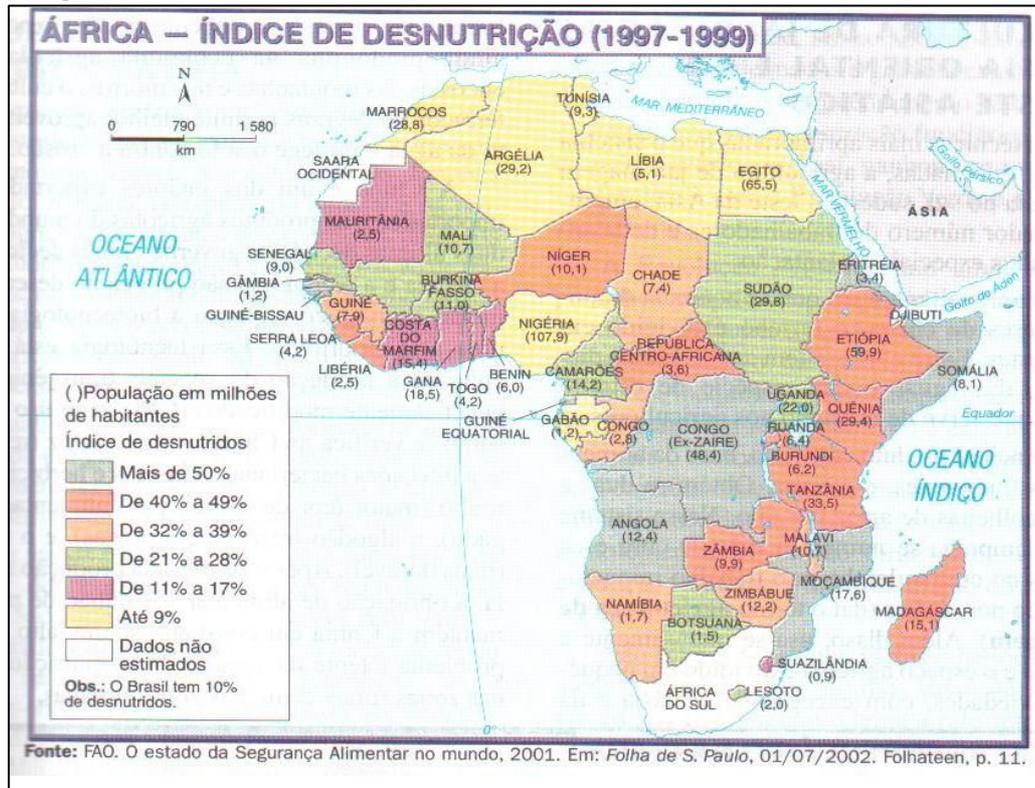
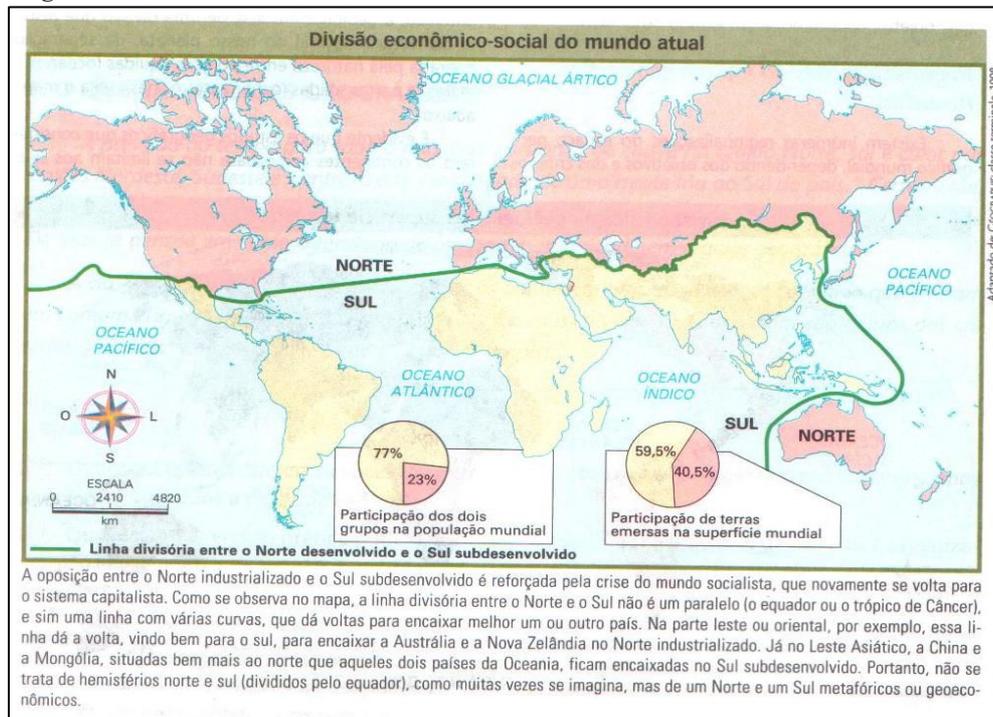


Figura 16



(LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.129).

Figura 17



conhecimento pontual e lacunar sobre as possibilidades econômicas que se apresentam na África.

Ao se observar os dados da tabela 13 pôde-se verificar, também, que os autores de cada manual optaram pela maior utilização de um determinado recurso iconográfico em relação aos outros, com exceção do manual “Geografia: Geografia geral e do Brasil”, no qual os autores realizaram uma distribuição mais igualitária dos diversos recursos. No didático “Geografia Pesquisa e Ação” os autores utilizaram-se mais de fotografias, enquanto que no manual de Vesentini as tabelas são mais recorrentes e no manual “Geografia Espaço e Vivência” os gráficos foram mais utilizados.

As fotografias presentes nos livros analisados, assim como nos manuais publicados anteriormente a promulgação da Lei 10.639/03, selecionados para este estudo apresentam de maneira recorrente os aspectos naturais e os problemas políticos, com destaque aos conflitos, e socioeconômicos da África.

Figura 19



Aspecto do contingente italiano em Mogadíscio, Somália, em 1992.

(VESENTINI, 2005, p.192).

Figura 20



(LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.128).

Figura 21



(BOLIGIAN; ALVES, 2004, p.186).

Ainda sobre esse recurso iconográfico foram apresentadas fotografias da biodiversidade presente no continente africano, como nos manuais publicados anteriormente a promulgação da Lei 10.639/03. Mas o maior destaque foram as fotos que apresentaram a África do Sul como sede de

fóruns mundiais realizados pela Organização das Nações Unidas e, principalmente as que apresentaram personagens importantes na história da África, como Nelson Mandela.

Figura 22



As legendas das fotos em sua maioria, assim como no primeiro momento, explicitam e parecem buscar caracterizar a situação política e social da África, durante a década de 1990 com poucas referências mais atualizadas.

Neste segundo momento da análise, diferentemente ao primeiro, as tabelas, gravuras e os gráficos apareceram com maior frequência ao longo dos conteúdos dos manuais.

As tabelas e os gráficos, assim como nos manuais publicados anteriormente a promulgação da Lei Federal 10.639/03, foram utilizados frequentemente para apresentar dados estatísticos relativos aos problemas socioeconômicos do continente africano, relacionando-o aos demais países, como no caso da tabela que se segue:

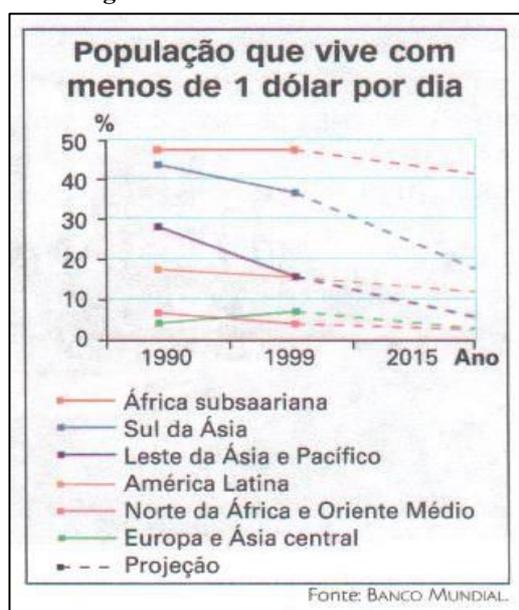
Figura 23

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA EM ALGUNS PAÍSES				
País	Natalidade (‰)	Mortalidade (‰)	Crescimento vegetativo entre 2000 e 2005 (%)	Expectativa de vida (em anos)
Alemanha	8,2	10,8	-0,4	78,2
Argentina	19	7,8	1,19	74,3
Austrália	12,7	7,4	0,99	79,2
Brasil	19,2	7	1,22	71,3
China	14,3	7	0,71	70,6
Estados Unidos	13,1	8,4	0,89	77,3
Hungria	8,8	13,5	-0,5	72,3
Índia	23,8	8,4	1,52	63,4
Indonésia	20	7,1	1,21	66,6
Japão	9,2	8,3	0,14	81,6
México	22,2	5,1	1,42	73,6
Nigéria	39,5	13,3	2,61	45,4
Polónia	9,5	9,9	-0,09	73,7
Rússia	8,6	15,3	-0,64	65,8
Suécia	8,2	10,6	-0,13	80,0
Uganda	50,6	17,2	3,19	43,1

Tabela elaborada com base em dados de: UNITED NATIONS POPULATION DIVISION, dez. 2004.

(VESENTINI, 2005, p.265).

Figura 24



(VESENTINI, 2005, p.153).

Os dados das tabelas e gráficos são apresentados como complementos dos conteúdos explícitos dos manuais, como forma de promover a fixação das informações contidas nos mesmos. A tabela “Situação demográfica em alguns países”, foi apresentada como complemento do tópico “Taxas de mortalidade

nos países subdesenvolvidos”. Neste texto o autor aborda a diminuição da taxa de mortalidade nos países desenvolvidos. Porém, Vesentini ressalta que na África essas taxas, ainda, são elevadas: “é bom ressaltar que, em parte, essas relativamente altas taxas de mortalidade, em muitos casos – sobretudo na África negra ou subsaariana –, também refletem a epidemia de Aids (...)” (Vesentini, 2005, p.265).

As gravuras foram os elementos iconográficos menos utilizados pelos autores dos manuais selecionados pelo PNLEM, analisados nesta pesquisa. Estas apresentaram, em sua maioria, aspectos políticos e sociais negativos sobre a África e suas populações, tendo em vista que os africanos foram representados, recorrentemente, na condição de trabalhos em minas ou em lavouras, indicando uma continuidade nas condições de trabalho.

O problema da fome continuou sendo recorrente mesmo considerando as inovações na iconografia: charges e reproduções de quadros:



(LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.128).

Figura 26



(BOLIGIAN; ALVES, 2004, p.213).

A gravura do livro “Geografia: Geografia Geral e do Brasil” ilustra o texto que trata sobre os problemas da questão agrícola na África, decorrentes do imperialismo do século XIX, cujas conseqüências ainda são perceptíveis no continente africano. Segundo os autores:

“As comunidades que habitam o Sahel, região que se estende ao sul do deserto do Saara, na África, são as mais atingidas pelas tragédias de subalimentação. A ajuda internacional, com doações de alimentos, evita uma mortandade ainda maior e ameniza o sofrimento dos povos dessa região” (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2005, p.128).

Pôde-se verificar, portanto, que as gravuras presentes nos manuais retratam situações negativas relativas ao passado das populações africanas como forma de explicação para as situações contemporâneas, com destaque ao domínio do Imperialismo do século XIX.

Desta maneira, pode-se afirmar que os elementos iconográficos apresentados nos manuais didáticos analisados, referentes ao período de 2004 a 2010, favorecem a construção de um conhecimento ainda relativo sobre a África e suas populações. Analisando os títulos, legendas e a maneira como esses elementos encontraram-se dispostos nos manuais verificou-se que os

mesmos reforçam os aspectos negativos apresentados nos textos dos capítulos em que estão inseridos.

Considerações finais

A necessidade de se incluir o estudo da África e suas populações nas disciplinas escolares da educação básica brasileira é latente desde a segunda metade do século XX. Porém, esta só se tornou uma demanda oficial do Estado Brasileiro a partir do ano de 2003 com a promulgação da Lei Federal 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, no âmbito de todo o currículo escolar.

Nesta pesquisa a análise recaiu, apenas, sobre a disciplina de Geografia explicitada em alguns livros didáticos selecionados dentro de critérios de maior circulação e que efetivamente estiveram presentes no ambiente de escolas do Ensino Médio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no período de 2000 a 2010.

A partir do levantamento e da análise dos conteúdos explícitos, pedagógicos e iconográficos, relacionados à África e suas populações, presentes nos manuais selecionados, foi possível verificar quais as permanências e mudanças ocorridas nos mesmos durante 2000 e 2010, tendo como “divisor de águas” a promulgação da Lei Federal 10.639/03.

Nesse sentido são necessários alguns apontamentos sobre os resultados encontrados.

Inicialmente verificou-se que a África e suas populações foram mais abordadas nos conteúdos explícitos dos manuais publicados após a promulgação da Lei Federal 10.639/03, ao serem comparados aos manuais publicados no período anterior. Deve-se destacar, no entanto, que somente no manual “Geografia Geral”, publicado anteriormente a promulgação da mesma lei, os autores destinaram uma unidade inteira para o continente africano, enquanto todos os outros livros apresentaram a África diluída no decorrer das unidades.

Porém, nos dois momentos da análise os aspectos recorrentes sobre fome, doenças, guerras e conflitos políticos assim como a precariedade de vida das populações permaneceram. As temáticas recorrentes continuam sendo explicadas pelo período da dominação imperialista e pouco se enfatizou sobre

o legado cultural da África e suas populações ao longo dos conteúdos apresentados.

Os conteúdos pedagógicos presentes nos livros didáticos analisados foram retirados, em sua maioria, de provas do Enem e de diversos vestibulares. Estes acompanharam os conteúdos explícitos e, portanto, limitaram-se aos aspectos negativos do continente africano. Deve-se salientar, ainda, que os manuais publicados após a Lei 10.639/03 apresentaram uma redução do número de exercícios relativos à África em relação ao primeiro momento da análise. Cabe, assim, levantarmos hipóteses sobre as relações entre os conteúdos das provas dos vestibulares e os livros Didáticos, lembrando que parte significativa dos autores das obras Didáticas tem experiências em cursos pré-vestibulares.

O conteúdo iconográfico apresentado nos manuais escolares selecionados, assim como o conteúdo explícito, passou a ser maior após a Lei Federal. Neste segundo período, 2004 a 2010, os livros apresentaram uma utilização mais variada dos recursos iconográficos. Observou-se também que em ambos os momentos da pesquisa os elementos iconográficos foram mais utilizados como forma de reforçar os aspectos negativos referentes à África e suas populações, apresentados nos conteúdos explícitos.

Desta maneira pode-se afirmar que a promulgação da Lei Federal 10.639/03 trouxe algumas mudanças de caráter quantitativo para o ensino da África na disciplina de Geografia, porém estas ainda não podem ser consideradas mudanças significativas na “cultura escolar” (Forquin, 1993) que atendam satisfatoriamente a demanda legal e, principalmente a demanda social, tendo em vista que a África continuou sendo abordada de maneira lacunar, contribuindo para um conhecimento com base no referencial de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, enfatizando ainda aos aspectos econômicos e a precariedade da população quanto aos dados de doenças, subnutrição. Esta tendência permaneceu mesmo nos livros didáticos aprovados pelo PNLEM de 2008.

Referencias Bibliográficas

BARDIN, L. (2004). Análise de Conteúdo (p. 281). Edições 70. Retrieved from <http://books.google.com/books?id=OwBVGQAACAAJ&pgis=1>

BITTENCOURT, Circe. 1998. "Livros didáticos entre textos e imagens". In: BITTENCOURT, Circe. (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Educ. Pesqui. [online]. 2004, vol.30, n.3, pp. 475-491. ISSN 1517-9702.

BOLIGIAN, Levon. 2008. A GEOGRAFIA ESCOLAR A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS: HITÓRIA DA DISCIPLINA NO BRASIL. Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do estado de São Paulo.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. 2008. *Imagens da África, dos seus africanos e seus descendentes em coleções de didáticos de História aprovadas pelo PNLD de 2004*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica - SP.

BRASIL. Secretaria de educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de educação média e tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília: MEC/ SEMTEC, 2000.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: DF, 2005.

CASSIANO, Célia C. De Figueiredo. *O mercado do livro Didático no Brasil: da criação do Programa nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese de doutorado. São Paulo: PUCSP, 2007.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 2, pp.177 – 229.

CHOPPIN, Allain. História dos livros e das edições didáticas: Sobre o estudo da arte. Educ. Pesqui. [online] 2004, Vol. 30, n.3, pp.549 – 566. ISSN15179702.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças. 2008. Educação e diversidade étnico-cultural: concepções elaboradas por estudantes no âmbito da Escola Municipal Helena Magalhães. Tese de doutorado, Universidade federal da Bahia – BA.

GEOGRAFIA: catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Meio: PNLEM/2009/Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação básica, 2008. 108p. : il.

GOMES, Daniel Mendes. 2010. A Geografia ensinada: mudanças e continuidades do conhecimento geográfico escolar (1960 – 1989). Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, 2, pp.230 – 254.

JESUS, Regina de Fátima de. 2009. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EVIDENCIAM MICRO-AÇÕES AFIRMATIVAS COTIDIANAS. 32º ANPED.

LACOSTE, Yves. 1988. A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 14ª Ed. Campinas: Papirus, 2008.

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. 2008. África no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: possibilidades de efetivação da Lei 11.645/2008 e da Lei 10.639/2003: um estudo de caso. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS.

MAGNONI JÚNIOR, Lourenço. 1999. Globalização, neoliberalismo e exclusão calculada: reflexões sobre o ensino de geografia. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília - SP.

OLIVA, Anderson Ribeiro. 2007. Lições sobre a África: Diálogos entra as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico. Tese de doutorado, Universidade de Brasília – DF.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. 2009. EDUCAÇÃO E AFRICANIDADES: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE KABENGELE MUNANGA. 32º ANPED.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. 2007. CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM EDUCAÇÃO E A LEI 10.639. 30º ANPED.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores. *Pro-Posições*, Vol. 20, n.3, pp. 17 – 28.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia. – 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. 2002. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

SÃO PAULO. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias/ Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; Coordenação de área Paulo Miceli. – São Paulo: SEE, 2010.

SILVA, Antonio Claudio Viana da. 2009. EDUCAÇÃO, (IN) DIFERENÇA E (DES) IGUALDADE: Um Olhar sobre a questão racial no cotidiano escolar. Dissertação de mestrado, Universidade católica de Santos – SP.

SILVA, Dakir Larara Machado da. 2004. A geografia que se ensina e a abordagem da natureza nos livros didáticos. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS.

SOBANSKI, Adriane de Quadros. 2008. Como os professores e jovens estudantes do Brasil e de Portugal se relacionam com a idéia de África. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná – PR.

SOUZA, Maria Elena Viana. 2003. *Culturas, realidades e preconceito racial no cotidiano escolar*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas – SP.

SOUZA, Maria Elena Viana. 2009. *DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO E A LEI 10.639/03*. 32º ANPED.

VIEIRA, Margarete da Rosa. 2009. Vozes de Ébano: Um Estudo das Representações Sociais sobre os Saberes Escolares de estudantes afro-descendentes na Educação de Jovens e Adultos do Município de São José – Santa Catarina. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina – SC.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

Fontes bibliográficas

BOLIGIAN, Levon; BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. Geografia: espaço e vivência: volume único. São Paulo: Atual, 2004.

GARCIA, Hélio Carlos; Garavello, Tito Márcio. Geografia geral: volume único: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2000. – (Coleção Novos Tempos)

KRAJEWSKI, Angela Corrêa; GUIMARÃES, Raul Borges; RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia: pesquisa e ação: volume único. – 1ªEd. – São Paulo: Moderna, 2000.

KRAJEWSKI, Angela Corrêa; GUIMARÃES, Raul Borges; RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia: pesquisa e ação: volume único. – 1ªEd. – São Paulo: Moderna, 2005.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro; MENDONÇA, Cláudio. Geografia Geral e do Brasil. – 3ªEd. – São Paulo: Saraiva 2005.

VESENTINI, José William. Geografia: geografia geral e do Brasil, volume único. – 1ªEd. – São Paulo: Ática, 2005.

ANEXO 1			
AUTORES	TÍTULOS	EDITORAS	ANO DE PUBLICAÇÃO
Miriam de Cássia Médici; Miriam Lino de Almeida	Geografia: Economia Agrária Módulo 4 Ensino Médio	Nova Geração	2000
Miriam de Cássia Médici; Miriam Lino de Almeida	Geografia: a População Mundial Módulo 3	Nova Geração	2000
Miriam de Cássia Médici; Miriam Lino de Almeida	Geografia Módulo 1 Ensino Médio 2000	Nova Geração	2000
Hélio Carlos Garcia; Tito Márcio Garavello	Geografia Geral Ensino Médio Vol. Único	Scipione	2000
José William Vesentini	Sociedade e Espaço	Ática	2000
Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira	Geografia Geral e do Brasil	Scipione	2000
Diversos autores	Ensino Didático 2000: Concursos Supletivos Vestibulares	Ep	2000
Demétrio Magnoli; Regina Araújo	Projeto de Ensino de Geografia Natureza Tecnologias Sociedades	Moderna	2000
Miriam de Cássia Médici; Miriam Lino de Almeida	Geografia Geografia Política a Nova Ordem Mundial. Módulo 1 Ensino Médio	Nova Geração	2001
Marcos de Amorim Coelho; Lygia Terra	Geografia Geral Série Sinopse	Moderna	2001
Demétrio Magnoli; Regina Araújo	Geografia Paisagem e Território 3ª Edição	Moderna	2001
Maria Luiza de Medeiros Galvão	Geografia do Rio Grande do Norte	Gráfica Liceu	2002

Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira	Geografia para o Ensino Medio Geografia Geral e do Brasil Volume Único.	Scipione	2002
Hélio Carlos Garcia; Tito Márcio Garavello	Geografia Geral Volume Único Ensino Médio Coleção Novos Tempos	Scipione	2002
Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira	Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização 2ª.	Scipione	2002
Demétrio Magnoli; Regina Araújo	Geografia Paisagem e Território Geral e Brasil	Moderna	2002
Carlos Alberto C. da Silva; Elzanira de A. Carlos	Geografia do Brasil Coleção Ensino Médio	Água-marinha	2002
Pedro Coimbra	Geografia uma Análise do Espaço Geográfico	Harbra	2002
Lúcia Marina Alves de Almeida; Tércio Barbosa Rigolin	Geografia Volume Único Série Novo Ensino Médio	Ática	2002
Igor Moreira	O Espaço Geográfico	Ática	2002
Elian Alabi Lucci	Geografia o Homem no Espaço Global 2º Grau	Saraiva	2002
Vários autores	Cademo de Atividades/ Terceirão/ Ftd 2	F T D	2003
Paulo Roberto Moraes	Geografia Geral e do Brasil 2003	Harbra	2003
Lúcia Marina Alves de Almeida; Tércio Barbosa Rigolin	Geografia Novo Ensino Médio Vol. Único	Ática	2003
Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira	Geografia Geral e do Brasil	Scipione	2003
Elian Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça	Geografia Geral e do Brasil Ensino Médio 2ª Edição	Saraiva	2003
Lúcia Marina Alves de Almeida; Tércio Barbosa Rigolin	Fronteiras da Globalização Geografia Geral e do Brasil	Ática	2004

José William Vesentini	Geografia Série Brasil. Ensino Médio. Volume Único	Ática	2004
Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira	Geografia Geral e do Brasil Espaço Geográfico e Globalização	Scipione	2004
James Onnig Tamdijian; Ivan Lazzari Mendes	Geografia Geral e do Brasil Caderno de Atividades	Ftd	2004
James Onnig Tamdijian; Ivan Lazzari Mendes	Geografia Geral e do Brasil Estudos para a Compreensão do Espaço	Ftd	2004
Igor Moreira	O Espaço Geográfico Geografia Geral e do Brasil	Ática	2004
Elian Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça	Geografia Geral e do Brasil Ensino Médio	Saraiva	2004
Creso Staudinger; Kiko dos Santos	Geografia Humana Coleção Ensino Médio	Água-marinha	2004
Osvaldo Piffer	Geocontexto: Geografia para o Ensino Médio	Ibep	2005
Lúcia Marina Alves de Almeida; Tércio Barbosa Rigolin	Geografia Série Novo Ensino Médio Vol. único	Ática	2005
Lúcia Marina Alves de Almeida; Tércio Barbosa Rigolin	Fronteiras da Globalização	Ática	2005
José William Vesentini	Geografia Série Brasil Ensino Médio Vol. Único	Ática	2005
Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira	Geografia Geral do Brasil Espaço Geográfico e Globalização Ensino Médio	Scipione	2005
James Onnig Tamdijian; Ivan Lazzari Mendes	Geografia Geral e do Brasil Ensino Médio Volume Único Estudos para compreensão do espaço.	Ftd	2005
José William Vesentini	Sociedade & Espaço Geografia Geral e do Brasil	Ática	2005

Elían Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça	Geografia Geral e do Brasil Ensino Médio 2ª Edição	Saraiva	2005
Demétrio Magnoli; Regina Araújo	Geografia a Construção do Mundo / Geografia Geral e do Brasil	Moderna	2005
Vários autores	Sae Sistema de Apoio ao Ensino 2 Série Livro 5	lesd Brasil	2006
Vários autores	Sae Semiextensivo Livro 3	lesde	2006
Vários autores	Sae Semiextensivo Livro 2	lesde	2006
Elían Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça	Território e Sociedade no Mundo Globalizado	Saraiva	2006
Demétrio Magnoli; Regina Araújo	Projeto de Ensino de Geografia. Geografia do Brasil Natureza, Tecnologias.	Moderna	2006
Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira	Geografia Geral e do Brasil Espaço Geográfico e Globalização	Scipicione	2006
Elían Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça	Geografia Geral e do Brasil Ensino Médio 2ª Edição	Saraiva	2006
Vários autores	Sae Sistema de Apoio ao Ensino 1 Série Livro 1	lesde Brasil	2007
Lúcia Marina Alves de Almeida; Tércio Barbosa Rigolin	Geografia Série Novo Ensino Médio Vol. único	Atica	2007
José William Vesentini	Geografia Serie Brasil	Atica	2007
Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira	Geografia Geral e do Brasil Espaço Geográfico e Globalização	Scipione	2007
Elían Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça	Território e Sociedade no Mundo Globalizado	Saraiva	2007

